

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

GEYSA DANIELLE BARBOSA DE MOURA SILVA

**JOSÉ DE ALENCAR: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PROVÍNCIA
DO CEARÁ NA SECA DE 1877-1879**

Redenção – CE
2015

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

GEYSA DANIELLE BARBOSA DE MOURA SILVA

**JOSÉ DE ALENCAR: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PROVÍNCIA
DO CEARÁ NA SECA DE 1877-1879**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Humanidades, pela
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Junior.

Redenção - CE
2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

S578j Silva, Geysa Denielle Barbosa de Moura.

José de Alencar: Representação política na província do Ceará na seca de 1877-1879. /Geysa Danielle Barbosa de Moura Silva. Redenção, 2015.

50 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador (a): Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Júnior.
Inclui Referências, Anexos.

1. Ceará. 2. Política e governo. 3. Secas. I. Título

CDD 981.31

GEYSA DANIELLE BARBOSA DE MOURA SILVA

**JOSÉ DE ALENCAR: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PROVÍNCIA
DO CEARÁ NA SECA DE 1877-1879**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Afonso Ferreira Junior.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Afonso Ferreira Junior – UNILAB (Orientador)

Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza – UNILAB (Examinador)

Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes - UNILAB (Examinador)

Redenção - CE
2015

Dedico este trabalho ao meu grande amigo e companheiro, Fábio Paulino de Oliveira, que sempre me dedicou toda força, credibilidade, otimismo e paciência para que finalmente conseguisse concluir essa etapa tão importante na minha vida.

AGRADECIMENTOS

“Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará de outros galos.”

João Cabral de Melo Neto

Além de dedicar este trabalho ao meu amado companheiro, Fábio Paulino de Oliveira, preciso lhe agradecer por todos os momentos que estive ao meu lado e principalmente no momento de criação e desenvolvimento deste trabalho. Agradeço então, por me ouvir incontáveis vezes falar de Alencar e também ler e reler muitas vezes este trabalho, para que tudo saísse da melhor forma possível.

Tenho que agradecer por toda dedicação e amizade de meu orientador, professor Fernando Afonso Ferreira Junior. Quero dizer que mesmo tendo prof. Fernando como amigo, sempre que tinha encontro de orientação eu ficava apreensiva, imaginando se o meu trabalho iria corresponder às suas expectativas, porque desde o início eu o via como um ícone a quem tenho imensa admiração e respeito como professor, orientador e como pessoa. O que aprendi com prof. Fernando não cabe apenas à minha vida acadêmica, mas à minha vida pessoal inteira. Serei sempre grata pela confiança que ele depositou em mim não só como amiga, mas, também como orientanda.

Agradeço também a uma amiga muito especial: professora Monalisa Valente. Foi uma grata surpresa para mim o fato de esta pessoa tão querida ter podido fazer parte de diversos momentos felizes no meu percurso acadêmico e pessoal desde a minha chegada ao Ceará. Como professora, agradeço, entre tantas contribuições, por ter me ajudado em algumas referências literárias para o meu trabalho. Enquanto amiga, esteve sempre presente nos sorrisos, nas tensões e amarguras pelas quais, inevitavelmente, estamos submetidos na vida.

Aos meus pais, Lenice e Geraldo, que, embora distantes, sempre prezaram para que eu tivesse a melhor educação e que foram compreensíveis em diversos momentos que não pude dedicar-lhes a atenção devida por conta de muitos trabalhos e atividades do curso que foram necessários para que hoje esse trabalho fosse concretizado.

Aos professores da UNILAB, quero destacar alguns nomes que estiveram presentes não só como professores, mas como sinceros amigos nessa minha jornada: Ramon Capelle, Rodrigo Ordine, Jacqueline Pólvora, Ludmylla Lima, Manoel de Sousa e Silva, Maria do Carmo, Leandro Proença e Sebastião André.

Quero agradecer a dois professores em especial: professor Américo do Carmo Souza que, com suas aulas e orientação no PIBIC, foi um dos grandes incentivadores pela minha

opção de seguir a terminalidade em história; ao nosso querido coordenador de curso professor Maurílio Machado, que sempre se mostrou disponível diante das necessidades burocráticas e acadêmicas do curso e nos auxiliou no que fosse preciso para que pudéssemos concluir essa fase com êxito estimado.

Aos meus amigos frutos da Unilab: Márcia Regina, Carlla Brasil, João Kenedy, César Monteiro, Jéssica Gama, Marcelo Sousa, Carlos Augusto, e, em especial, Thaís Bernardo, amiga de todos os momentos, que também foi ótima ouvinte e incentivadora a todo instante para que eu finalizasse essa etapa acadêmica.

Aos meus amigos de convivência no período da bolsa PROBTE: Vitória Ramos, Renata Aguiar, Afra Sampaio, Stênio Sales, Handson Cunha, Bianca Rodrigues, Kallyl Pinheiro, Robério Nery, Clarissa Diógenes, Suzana Andrade, Iazmin Lima, Paulino Lopes e Alex Melo.

Aos meus colegas de curso, considerados também como amigos pessoais, Ellen Jardani, Valdelia Freitas, Laudiano Silva, Keylla Kelvin, Syrlyane Queiroz, Flávio Júnior, Nilson Lopes, Carlene Barbosa, Luanisia Braulino e Davi Ramos.

Por fim, a todos que direto ou indiretamente me incentivaram na produção deste projeto e/ou fizeram parte da minha formação acadêmica.

RESUMO

A fome no Ceará desencadeada pela seca de 1877-1879 constituiu uma consequência típica, porém, desastrosa, em termos estatísticos, para a província comparativamente a outros períodos longos de estiagem. Todavia, as implicações decorrentes deste período específico não podem ser atribuídas, tão somente, ao fenômeno natural; diversos fatores de natureza política, econômica e social concorreram para que milhares de cearenses perdessem a vida pela falta de alimentos. Os problemas sociais causados pela estiagem fomentaram uma busca incessante por eventuais responsáveis pela inércia das representações governamentais no âmbito da província e da própria esfera nacional. Este trabalho tem como objetivo analisar algumas críticas feitas ao Deputado José de Alencar, acusando-o de ter contribuído, supostamente, por meio de alguns de seus discursos políticos, para o agravamento da calamidade na província do Ceará durante os anos de 1877 a 1879. Para isso, foi preciso investigar as origens dessas críticas, suas bases, motivações e, sobretudo, as fontes sobre as quais foram compostas, proporcionando um novo entendimento acerca dos discursos de Alencar que têm ecoado durante anos, mesmo após o fim da estiagem.

Palavras-Chaves: Alencar, seca, conservadorismo, interesses políticos, críticas superficiais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - CONSERVADORISMO DINÂMICO.....	13
2 – “INCONTESTAVELMENTE MUITA EXAGERAÇÃO”	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	49

INTRODUÇÃO

“Um dia... Sim, quando as secas desaparecessem e tudo andasse direito...
Seria que as secas iriam desaparecer e tudo andar certo? Não sabia.”
Graciliano Ramos

O Estado do Ceará fora severa e periodicamente assolado por secas que, embora ocasionassem problemas constantes e, de certa forma, previsíveis, as políticas públicas governamentais, no decorrer dos anos, não conseguiram evitar o cenário social terrível, tal qual aquele produzido pela estiagem ocorrida entre 1877 a 1879.

Com a falta de chuvas nesse período, os meios de subsistência foram aniquilados. As dificuldades para a obtenção de alimentos no interior da província se tornaram, cada vez mais, acentuadas. Os socorros públicos, muitas vezes, não chegavam a esses locais por conta do alto custo do transporte, pelos frequentes saques e, até mesmo, pelos desvios dos recursos para finalidades pessoais. Isso forçou as pessoas a se dirigirem para os locais em que seria mais fácil conseguir ajuda do governo, e a capital parecia ser um local mais promissor.

As pessoas que fugiram do interior do Ceará em busca de condições de sobrevivência na capital ganharam diversos nomes tais como: retirantes, flagelados, esfomeados, esfarrapados. Contudo, todas essas personagens tinham um único propósito: evitar a fome. Ao chegarem em Fortaleza, com a perspectiva de terem seus problemas solucionados, se deparavam com a calamidade pública nas quais milhares de pessoas se encontravam.

Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo dum povo em penúria. Em dezembro já estavam aí, a mais de, 85.000 pessoas, que em março de 78 eram 100.000 e em setembro 114.000. A sua população normal pelo censo de 72, orçava em 21.000. Agora podia ser de 25.000¹.

O centro urbano ficou abarrotado de pessoas em busca da sobrevivência. O governo teria que tomar providências para sanar a grave situação da província do Ceará e isso foi feito, por exemplo, por meio da utilização da mão-de-obra retirante para dar continuidade ao projeto de renovação urbana e, também, em casos mais extremos, da emigração dessas pessoas para outras províncias.

Dessa forma, José de Alencar cita em um de seus discursos na câmara às consequências ocasionadas pelo deslocamento dos retirantes para a capital da província:

O que se nos diz do Ceará, o que pensam os homens ali mais práticos, é que convém fazer celeiros no interior, a fim de que a população não se acumule no litoral, como está acontecendo; que se empreendam algumas obras a fim de atrair para ali a população, porque V. Ex^a. não desconhece que a

¹ Raimundo GIRÃO. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985, p. 201.

imigração que está dando vai produzir terríveis consequências: pode desenvolver a peste, trazer a fome e a miséria a esses lugares que estavam preservados do flagelo².

Além das consequências, Alencar cita também alternativas para tentar sanar o problema da aglomeração de pessoas na capital, como construir celeiros nas cidades do interior. Ele sugere também que seja implementado obras nesses locais para que a população possa trabalhar e adquirir meios de subsistência e não precise se deslocar para Fortaleza.

A presente pesquisa teve como propósito geral compreender o discurso que atribui ao deputado pela província do Ceará, José de Alencar, o agravamento das implicações desastrosas da seca de 1877, por meio de investigação das fontes históricas que alicerçam tal discurso. Para tanto, foi preciso analisar as perspectivas sócio-políticas e, até mesmo econômicas, expressas pelo próprio Alencar, em seus discursos políticos, enquanto representante da província do Ceará: buscou-se, por meio desses textos, fundamentar suas percepções, suas aspirações e seu modo de abordar os problemas nacionais e locais.

O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa documental e também por meio de pesquisas bibliográficas, com foco nas críticas proferidas a José de Alencar pelo periódico *O Cearense* e por pesquisadores contemporâneos. Na primeira etapa, foi feita uma análise de textos teóricos que tratam da posição política de Alencar e do contexto político-econômico à época, trazendo, como base de fundamentação, ideias de Celso Furtado, Antônio Candido, Sérgio Buarque de Holanda e os próprios discursos do José de Alencar. Na segunda etapa, foi feito um levantamento do jornal *O Cearense* do ano de 1877 e também fontes do arquivo público do Ceará para aprofundar o debate sobre a associação de Alencar com a seca de 1877. Logo após, foi realizada uma investigação da literatura recente que contém os discursos proferidos contra Alencar e, por fim, foram avaliados os resultados da pesquisa através de uma nova percepção a respeito do posicionamento político do deputado José de Alencar.

Em termos de estrutura, este trabalho está organizado, além da introdução, em dois capítulos e a conclusão.

No primeiro capítulo, intitulado *Conservadorismo dinâmico*, será abordada a posição política de José de Alencar, suas convicções partidárias diante dos dois regimes ideológicos vigentes no período do Segundo Reinado e suas preocupações a respeito da modernização do país sem que houvesse uma revolta liberal.

² José de ALENCAR. *Discursos Parlamentares de José de Alencar*. Brasília, Câmara dos deputados, 1977, p. 587.

No segundo capítulo, cujo título é “*Incontestavelmente muita exageração*”, tentaremos investigar as origens das críticas feitas a Alencar, quais foram suas bases, suas fontes, suas motivações e o porquê dessa crítica se estender por tanto tempo alcançando a atualidade.

Por fim, a conclusão compreende uma interpretação dos resultados a partir dos elementos estudados no desenvolvimento da pesquisa, bem como propostas de perspectivas futuras para a problemática investigada.

1. CONSERVADORISMO DINÂMICO

O vento de leste esfuziou mais forte e foi uivando de mundo a fora, torcendo a ramaria das árvores, levantando do solo nuvens de folhas secas e de poeira. Os sertanejos, que olhavam o nascer do sol, baixaram a vista, alguns chorando a sua sentença de morte. [...] Os homens e os rebanhos erravam a toa naquela natureza tocante de morte, procurando vida. As searas não tinham criado um grão para os celeiros. [...] Os gados mortos de sede urravam a beira dos bebedouros com um sentimento que comovia! Era necessário rasgar a terra e arrancar-lhe água das entranhas³.

A seca está sempre a martirizar o sertanejo, este é o cenário que está intrincado no imaginário das pessoas ao se pensar grande parte do sertão brasileiro. A estiagem de 1877 no Ceará contribuiu para que alguns questionamentos viessem à tona, como por exemplo, as discussões políticas para a resolução da seca. Os discursos de José de Alencar neste período foram citados em periódicos da época e, inclusive, em posteriores publicações por pesquisadores e escritores, com o intuito de acusá-lo por ter contribuído para o agravamento da fome na província devido a suas declarações nas Assembleias da Câmara. Nosso objetivo é mostrar, pela posição política do deputado, que ele intercedeu em prol do Ceará e as críticas atribuídas ao parlamentar estavam pautadas por oposições governamentais e, até mesmo, em análises mal interpretadas de recortes de seus discursos.

Para compreender melhor a postura pública de Alencar precisamos distinguir as duas principais ideologias que estavam em vigor neste período da seca de 1877. Assim, durante o Segundo Reinado, havia dois grupos que se revezavam no poder: Partido Conservador e o Partido Liberal. Esses partidos se diferenciavam, em termos mais gerais, da seguinte forma:

O partido conservador se mantém coerente com o ideário pré-regencial: centralização, resistência às reformas, reestabelecimento do Conselho de Estado, o poder moderador sem a responsabilidade dos ministros, e, sobretudo, o imperador impera, governa e administra. O partido contrário, o partido liberal, luzia desde 1842, gravita em outro polo, nem sempre coerente no governo, mas fiel aos postulados da soberania popular, da monarquia, senão federativa pelo menos descentralizada, do Senado eletivo e à extinção do Poder Moderador.⁴

Percebemos então, um bloco mais voltado para o tradicionalismo e centralização política (comumente seus integrantes eram chamados de Saquaremas). O outro grupo popularmente conhecido como Luzias, contrariamente ao anterior, tinha interesses

³ Rodolfo TEÓFILO, *A fome: cenas da seca do Ceará*, 2011, p. 19-20.

⁴ Raymundo FAORO, *Os donos do poder*, Volume 1, 2000, p. 365.

reformistas, modernização da economia, mais autonomia para as províncias e descentralização do poder imperial.⁵

Ainda que houvesse essa distinção dos dois blocos, em alguns momentos, seus posicionamentos mudavam de acordo com as necessidades da coroa para que se mantivessem no poder. Não é à toa que a frase mais famosa a respeito dos dois partidos é do Visconde de Albuquerque que diz: “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”.⁶ Ou seja, não era incomum se observar antagonismos dentro dos discursos e, até, de ações dos membros de ambos os partidos.

Para ilustrar ainda mais esse paradoxo, Nabuco nos traz um exemplo sobre essa vulnerabilidade de ideais partidárias por meio de um discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que não corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trãsfuga, não abandono a causa que defendo, no dia dos seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é seu triunfo que até o sucesso a compromete.⁷

O parlamentar que, até o momento militava em favor dos liberais, recebeu diversas críticas ao tomar uma conduta regressista, que, inclusive, culminou na criação do primeiro núcleo do Partido Conservador. Desse modo, observamos que era comum membros de ambos os partidos mudarem suas convicções, seja para permanecer ou assumir o poder, até mesmo para que revoltas e movimentos populares não saíssem do controle.

É nesse contexto de disputas ideológicas que “José Martiniano de Alencar, nascido em Messejana- Ceará foi Deputado-geral pela Província do Ceará nos anos de 1861-1863, 1869-1872, 1872-1875 e 1876-1877”.⁸ Filho do Senador José Martiniano de Alencar⁹, afiliado ao

⁵ O termo Luzia está relacionado aos filiados do Partido Liberal e Saquarema aos correligionários do Partido Conservador: “As perdas políticas sofridas desde 1842 teriam ficado marcadas logo na alcunha do partido, Luzia, nome do local de sua derrota. Por outro lado, os liberais se tornariam célebres, ainda, por adotar as propostas dos adversários sempre que voltavam ao governo. O nome Saquarema fala de um outro local; dessa feita reduto dos chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade. [...] Mais do que o termo *Luzia*, *Saquarema* enraizou-se durante o Império” Lilia Moritz SCHWARCZ, *As Barbas do Imperador*, 1998, pp. 120-123.

⁶ Joaquim NABUCO, *Um estadista do império*, Tomo I, 1813-1857, p. 173.

⁷ Joaquim NABUCO, *Um estadista do império*, Tomo I, 1813-1857, p. 41.

⁸ José de ALENCAR, *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, 1829-1877, p. 3.

⁹ “José Martiniano de Alencar, padre, nasceu a 27 de outubro de 1798 em Messejana, na Província do Ceará. Foi deputado pela província do Ceará na legislatura de 1830 a 1833. Foi Deputado Constituinte na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 17 de abril a 12 de novembro de 1823. Foi também, deputado pela província do Ceará nas Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa convocadas em Lisboa

Partido Conservador, o deputado não buscava a redefinição do país por meio do conceito de uma nacionalidade moderna, mas, pretendia trazer elementos da tradição do povo brasileiro para a formação da nação que ele idealizava. O estadista, assim como as ideias do partido o qual pertencia, defendia que no Brasil deveria manter a estrutura agrária e a proposta de uma economia primária exportadora; proposta essa que ia de encontro aos preceitos da pauta da modernização da economia vigentes à época. Em resumo, transformação sem revolução liberal.

O conselheiro Alencar¹⁰ demonstrava um forte apreço e dedicação para com o seu partido. Toda oportunidade que tinha de falar sobre ele, afirmava-se, de forma enfática e devotadamente, como conservador. Embora tenhamos citado acima algumas características dos dois regimes ideológicos, devemos também apresentar a percepção que o próprio Alencar concebia acerca das peculiaridades dos partidos. Essa imagem tida por ele dos dois modelos políticos foi evidenciada por meio de um discurso datado de 10 de julho de 1871:

Esta é a distinção entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. O Partido Liberal marcha; na vanguarda, aventa as ideias, aponta-as à opinião, lança-as na discussão; o Partido Conservador, ao contrário, não aceita doutrinas que não estejam bastante amadurecidas; em vez de antecipar-se, acompanha, segue atrás da opinião.¹¹

Deste modo, nos deparamos com uma forma acatada por ele que se fundamenta no amadurecimento de ideias, na prudência e cautela de ações. Para o deputado, o partido só deveria tomar uma posição enérgica em caso de situações extremas e isso só seria possível após uma pressão forte da opinião pública, conforme constataremos mais adiante em discurso do próprio Alencar. Posicionamento diferente teria o Partido Liberal que pretendia avançar de forma mais incisiva pela adoção de ideias inovadoras.

Traçando um paralelo entre Alencar e o principal líder da Revolta de 1842, Teófilo Ottoni, podemos encontrar posicionamentos comuns acerca da concepção de adoção de novas ideias: Ottoni incorporava um sentimento muito próximo dessa transformação sem revolução, influenciado por aquilo que experienciou em Santa Luzia do Sabará. Enfim, defendia as transformações do mundo moderno para o progresso, sem que isso pudesse impulsionar

de 1821 a 1822. Nomeado Senador, tomou posse em 02 de maio de 1832. Pai do escritor e Deputado José Martiniano de Alencar e chefe do Partido Liberal.” Texto disponível em: http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html. Consultado em 10/12/2014.

¹⁰ “Em 1859 para ser nomeado interinamente consultor do ministério da Justiça, cargo que lhe deu direito de usar o título de Conselheiro.” Luís Viana Filho, *A vida de José de Alencar*, 1979 apud Alencar, José de. *Cartas de Erasmo / José de Alencar*, 2009, p. 18-9.

¹¹ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 10 de julho de 1871, p. 202.

revoltas como aquela que ele mesmo liderou. Resumindo, a inserção do capitalismo deveria acontecer, sem a revolução liberal. Assim, conforme Ferreira Junior:

Essa credibilidade profunda no progresso, por parte de Ottoni, deve ter um imenso lastro na sua ação política e, principalmente, naquilo que ele pôde vivenciar na revolta por ele capitaneada contra o primeiro imperador. O horror pela desordem que o Luzia gerou parece tê-lo impelido para essa transformação reformista pela revolução da técnica na qual adviria o positivismo.¹²

Podemos concluir que, de certo modo, as ideias de Ottoni e de Alencar diante do processo de modernização do país, da adoção de novas ideias, eram análogas, ou seja, ambos eram desejosos do progresso trazido pelas novas ideias e tendências, no entanto, procuravam mensurar, com cautela, as suas possíveis implicações.

O fato do pai de Alencar ter sido militante liberal¹³ pode ter causado algumas comparações ideológicas que possivelmente Alencar não apreciava. Curiosamente, Alencar só entra para política depois da morte de seu pai em 1860. Em um de seus discursos ele se defende diante de algumas declarações feitas pelo Senador Zacarias, quando tentou comparar algumas ideias do conselheiro, em época de infância, com as ideias do pai liberal:

A minha infância, senhores, foi liberal, é verdade, conforme disse o nobre Senador pela Bahia; foi liberal como é hoje a idade da reflexão. Hoje, porém, compreendendo melhor a liberdade do que então compreendia. [...] O partido chamado liberal nunca me teve ao seu serviço; não me conferiu nem eu aceitei qualquer posição política. Nunca pugnei pelo seu triunfo, nem na imprensa nem na tribuna. Redigi em 1856 uma folha diária com a inteira isenção de partido, com inteira imparcialidade política. Aspirando a uma cadeira no Parlamento, em que uma época de conciliação, apresentei-me candidato por minha província, recebendo, aceitando o concurso de todos, mas, sobretudo, apoiado no partido conservador, que me elegeu. [...] Fui eleito deputado, tendo obtido apenas 30 votos de cerca de duzentos eleitores liberais que havia no Distrito. Entrei na vida política; liguei-me ao partido cujas ideias, cujas aspirações se conformavam mais com os meus princípios.¹⁴

Destarte seu pai ter sido um ícone importante da política e pertencer ao Partido Liberal, o que poderia ter influenciado seus pensamentos quando criança, como destaca o

¹² Fernando Afonso FERREIRA JUNIOR, *Nonada O Sertão no Processo de Formação do Estado Nacional (1822 - 1862)*, 2009, p. 86.

¹³ “Alencar tornou-se o principal chefe do partido liberal no Ceará e, em 1832, foi eleito Senador. Na Corte, vinculou-se ao grupo político de orientação liberal, tornando-se um dos mais respeitáveis líderes desse partido no Brasil. Na política, fez aliados da envergadura de Diogo Antônio Feijó. Quando este foi nomeado regente do Brasil, Alencar foi designado para ser o presidente de província do Ceará, em 1834.” Eduardo Henrique Barbosa de VASCONCELOS, *Fazer o Bem sem olhar a quem: aspectos médicos e outras possibilidades na primeira metade do século XIX no Ceará*, 2007.

¹⁴ José de ALENCAR, Debate com o Conselheiro Zacarias in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 06 de setembro de 1869, p. 84 - 85.

próprio Alencar, ele fora liberal, entretanto “hoje, porém compreendo melhor a liberdade do que então compreendia”. Notamos que não era apenas um modo de posicionar sua preferência pelas propostas conservadoras, mas também, tinha o intuito primordial de se defender diante de qualquer ligação que fizessem das suas ideias com o liberalismo, talvez para demonstrar seu amadurecimento político e se desvencilhar das comparações com as ideias de seu pai.

O deputado não aceitava que seu partido tomasse medidas que eram contra seus princípios basilares, independentemente dessas propostas favorecerem a sua manutenção no poder. Ele entendia que, ao negar os fundamentos do partido, negaria suas próprias convicções. Assim, quando a coroa estabelece discursos favoráveis à reforma servil¹⁵, alguns correligionários do partido conservador começam a repensar seu posicionamento regressista para que não perdessem a estima da coroa. Evidentemente, Alencar não aceitaria essa postura e acusaria o presidente do conselho, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, de provocar uma guerra civil apoiando a emancipação.

Aqui no Brasil, o nobre Presidente do Conselho, tendo saído do seio do Partido Conservador, desliga-se de seu partido, não para evitar, mas para provocar a guerra civil. Qual a agitação que existia no País antes da abertura da Assembleia? Quais eram os sintomas que porventura indicavam um estremecimento, um abalo no País? Nenhum.¹⁶

Ainda que Alencar defendesse uma postura conservadora, em outro momento, ele acreditava que uma mudança de proposta do partido poderia ser efetivada caso o governo se encontrasse diante de uma situação extrema. Um exemplo desse antagonismo pode ser visto no discurso do conselheiro ao citar o caso de Robert Peel¹⁷:

Robert Peel, assustado com a guerra civil que lhe parecia iminente, entendeu que não era possível adiar mais a solução da questão. Traiu, pois, seu Partido no dia em que apresentou-se ao Parlamento e declarou-se disposto a tomar a iniciativa da questão católica. Peel cedeu aos impulsos da opinião, cedeu a necessidade imperiosa no intuito de evitar uma guerra civil.¹⁸

Nesse discurso, o deputado entra numa certa incongruência. Observamos que embora tentasse ressaltar sua posição retrógrada, ao referenciar Peel, favorece o discurso liberalista,

¹⁵ “A reforma servil consiste na discussão sobre a emancipação dos escravos que surgiu no final da década de 1860, umas das propostas decorrentes dessa discussão votada e aprovada foi a Lei do Ventre livre.” Para maiores detalhes ver: Discurso do Visconde do Rio Branco na sessão de 14 de julho de 1871, na Câmara dos Deputados. Texto localizado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174336>. Consultado em 09/12/2014.

¹⁶ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 10 de julho de 1871, p. 202.

¹⁷ “Sir Robert Peel, nascido em 05 de fevereiro de 1788 em Bury, Lancashire. Político britânico, entrou no Parlamento como Tory em 1809. Foi primeiro ministro britânico (1834 – 1835, 1841 - 1846) e fundador do Partido Conservador.” Texto localizado em: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/peel_sir_robert.shtml. Consultado em 26/12/2014.

¹⁸ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 10 de julho de 1871, p. 202.

mesmo que este só possa ser praticado em caso de uma pressão popular e para que um conflito civil seja evitado. O caso do presidente do conselho, citado anteriormente, diverge da situação criada por Peel, pois o presidente não toma a atitude por conta de um risco iminente. Alencar afirma inclusive que o presidente incita uma guerra com sua atitude. Compreendemos que estes eram alguns dos cenários da política brasileira no Segundo Reinado: o Partido Conservador tinha o interesse em modernizar, mas mantendo o arcaísmo, já os liberais, em muitos momentos, tinham discursos conservadores.

É importante situar o deputado nesse emaranhado de discursos que ora se destoam ora se encontram, para definir a pessoa política e pública de Alencar. Conforme cita Ricupero: “o pensamento político de Alencar é, portanto, marcadamente ambíguo; possui traços conservadores, quase reacionários, e outros, próximos do liberalismo.”¹⁹ Acreditamos que essas mudanças não ficavam apenas na teoria. Em alguns de seus discursos, observamos tentativas de “criação de projetos” com uso de políticas preventivas de médio e longo prazo para sanar problemas políticos e sociais, assim como, engajado nas necessidades sociais, pensando além das medidas imediatas, mas preocupado com as consequências futuras de projetos para a modernização do país.

Para exemplificar, o antagonismo político nesse período, aprofundaremos uma análise de alguns discursos de Alencar a respeito da reforma servil. Nosso intuito não é discutir se seu posicionamento contrário à emancipação é moralmente adequado, mas sim, mostrar que, em alguns momentos, seus discursos mantenedores do tradicionalismo tinham, de certa forma, também, um teor liberal.

Os debates sobre a Lei do Ventre Livre²⁰ formam ponto importante para compreender um pouco desse pensamento preventivo e programático do conselheiro. Ele possuía uma preocupação social diante das leis de reforma servil; acreditava que as medidas governamentais, ao invés de resolver o problema da escravidão, tornando o escravo liberto, causariam um grave problema social no futuro. Em seu discurso datado de 13 de julho de 1871:

A liberdade do ventre, essa, senhores, é iníqua e bárbara. É iníqua, porque concede a liberdade à prole e a negação à geração atual, cheia de serviços e de dedicação. É bárbara, porque condena a prole inocente ao abandono, o que significa miséria e morte. [...] a emancipação do ventre equivale a criar

¹⁹ Bernardo RICUPERO, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*, 2004, p. 182-183.

²⁰ “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.” O texto da Lei de 1871 foi localizado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-publicacaooriginal-35591-pl.html>. Consultado em 09/12/2014.

famílias híbridas, pais sem filhos, filhos sem pais; rouba toda a esperança aos adultos, condenando-os ao cativeiro perpétuo; [...] contamina a nova geração, criando-a no seio da escravidão, ao contato dos vícios que ela gera. [...] essa instituição condenada e repelida, durante três séculos que tem de existência em nosso país, nunca nos seus dias mais lúgubres teve o cortejo de crimes, de horrores e cenas escandalosas que há de produzir essa ideia de libertação do ventre.²¹

Percebemos que Alencar tentava mostrar quais seriam as consequências da aprovação da Lei do Ventre Livre: a revolta por parte dos cativos que não tivessem o mesmo direito, a segregação das famílias, os libertos do ventre que assimilariam os costumes dos escravos e a violência causada pelo descontentamento dos cativos diante dessa sociedade antagônica. Tudo isso poderia acarretar numa revolução e esse era o receio de ambos os partidos.

Para ele, manter o relacionamento patriarcal²², nos termos do sistema servil, em que o senhor tem o controle total sobre os escravos, seria a forma mais eficaz de contenção da sociedade. A partir do momento em que o Estado dá direitos aos cativos há uma quebra desse controle, pois a decisão de alforria não está mais nas mãos do patriarca, e sim, nas mãos do governo:

E depois, senhores, cumpre dizer-lo, a maioria não tem o direito de exigir a calma daqueles que combatem a reforma do elemento servil. Quando a reforma põe em risco iminente a propriedade, a paz pública, os fundamentos da ordem social, é necessária toda energia da resistência legal.²³

Sua crença era de que a reforma servil, naquele momento, geraria um caos social, diante do longo tempo em que a sociedade esteve num regime escravista e que a população era controlada socialmente pelo patriarcalismo. Assim, com a quebra abrupta de um regime já solidificado, acarretaria uma grande confusão nas relações sociais, em que a imagem do senhor como referência de controle e modelo a ser seguido, desapareceria.

²¹ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 13 de julho de 1871, p. 240 - 242.

²² “Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-família. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*. Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera da vida doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo.” Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 1995, 26ª edição, pp. 81-2.

²³ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 11 de julho de 1871, p. 210.

É importante destacar também sua posição diante do regime escravista, de acordo com Ricupero: “o escritor cearense não assume ser favorável à escravidão, argumentando apenas que o momento não é propício ao fim do trabalho servil.”²⁴ Alencar tinha em mente que não era o momento para uma intervenção imediata do governo diante da reforma servil, pois a abolição da escravidão aconteceria de forma “natural” e “gradual”.

Muitos pesquisadores consideram que a preocupação dos escritores, na época do Império, está relacionada ao bem estar dos senhores e não a preocupação efetiva com os cativos. “Isto é, Alencar e Macedo, como a maior parte dos escritores que tratavam da escravidão durante o Império, estão muito mais preocupados com os efeitos da instituição servil sobre os senhores do que com os escravos.”²⁵ Esse tipo de crítica é bastante comum, considerando o contexto atual de uma sociedade que não é conivente com o regime escravista, mas na época a desumanização do escravo era vista como algo comum, em que o cativo era tratado como um simples objeto comercial.

Entretanto, em alguns discursos, o conselheiro demonstra preocupação tanto com os senhores quanto com os escravos. Em sua fala na câmara datada de 13 de julho de 1871, observamos essa tentativa de contemplar os cativos dentro dos projetos nacionais:

Senhores, não defendo aqui unicamente os interesses das classes proprietárias, defendo sobretudo essa raça infeliz que se quer sacrificar. A causa da emancipação espontânea há muito que está vencida no coração do povo brasileiro; diariamente se reproduzem os exemplos de manumissões. [...] A estatística, em 1860, dá-nos uma prova de rapidez com que marcha essa revolução moral. Só na cidade do Rio de Janeiro, houve 14.000 alforrias. Este algarismo é eloquente; ele significa que em menos de talvez 20 anos a escravidão estaria, por si mesma, extinta. Entretanto o Governo, com sua precipitação e impaciência, demora a solução da questão e perturba a revolução social que devia trazer o resultado por todos desejado, sem abalo e sem comoção para o país.²⁶

Suas ideias estavam à frente de alguns parlamentares, estes que queriam apenas mudanças instantâneas na economia nacional, mas muitos não compreendiam que as mudanças econômicas acarretariam mudanças também sociais. Já Alencar, cogitava os problemas sociais decorrente dessa mudança súbita no modelo econômico, considerando que a superestrutura e a infraestrutura não podiam ser pensadas de forma separadas, portanto as duas precisariam se modernizar concomitantemente.

²⁴ Bernardo RICUPERO, Op. Cit., p. 190.

²⁵ Bernardo RICUPERO, Op. Cit., pp. 176-7.

²⁶ José de ALENCAR, Discussão do Elemento Servil in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 13 de julho de 1871, p. 242.

Embora Alencar tivesse lutado de forma incisiva contra essa proposta de reforma servil, ele foi vencido pelo tão cobiçado desenvolvimento que tanto a coroa, os liberais e, até mesmo, alguns conservadores desejavam. Jamais poderemos saber se suas propostas surtiriam o efeito benéfico almejado por ele, mas o importante é que, de alguma forma, o conselheiro previu esse caos social, que citaremos em seguida. Celso Furtado ao tratar do problema da mão-de-obra, cita dois exemplos de fracasso social nesse projeto de libertação dos escravos sem uma política que os integrasse aos costumes dessa nova realidade brasileira:

Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fácil já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. [...] Na antiga região cafeeira onde, para reter a força de trabalho, foi necessário oferecer salários relativamente elevados, observou-se de imediato um afrouxamento nas normas de trabalho. Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo “comprar” o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente “para viver”. [...] por toda primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país.²⁷

Observamos então dois resultados diferentes de problemas causados pós abolição: um que mostra o grande contingente populacional de ex-escravos na região nordestina que não encontraram formas de sobrevivência e o outro exemplo das regiões cafeeiras em que a falta de mão-de-obra ocorria porque os cativos libertos trabalhavam poucos dias semanais, o que já era suficiente para comprarem o necessário e manterem sua subsistência, ou seja, eles não tinham interesse em acumulação de bens, preferiam passar mais tempo livre e trabalhar apenas o necessário para sobreviver. Adicionasse a isso, a possibilidade de aumento das revoltas escravas em virtude da maior sociabilização gerada por esse tempo ocioso.

Os argumentos utilizados por Alencar, defendendo que a escravidão deve se extinguir de forma paulatina, nos mostra o seu modo de pensar quanto à resolução dos problemas nacionais. Embora conservador, ele pensava além das necessidades imediatas. Ricupero nos dá um exemplo dessa visão vanguardista que Alencar tinha no campo político: “As considerações de Alencar a respeito da burocracia antecipam, em quase cem anos, a análise de Raymundo Faoro sobre o estamento burocrático.”²⁸ Suas discussões possuíam argumentos importantes para um planejamento bem estruturado dos problemas políticos e sociais tanto da província como do próprio país. Mas essas transformações e ideias produzidas por Alencar

²⁷ Celso FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, 2002, p. 138-141.

²⁸ Bernardo RICUPERO, *Op. Cit.*, p. 183.

estão, muitas vezes, relacionadas à construção de uma nação que mantenha seus componentes locais em detrimento dos modelos produzidos internacionalmente. Conforme Roberto Schwarz trata:

Cada um ao seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. [...] É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original.²⁹

Destarte, o liberalismo seria inserido numa sociedade diferente das sociedades europeias de capitalismo avançado. Portanto, no Brasil havia a preocupação tanto do Imperador, quanto dos conservadores, e até mesmo de membros do partido liberal em que as reformas liberais se dessem de forma controlada pelo conservadorismo para que não desestabilizasse a ordem, tampouco a Monarquia.

Constatamos que o deputado tinha uma visão bem abrangente dos problemas sociais, políticos e, até, econômicos do país, desde a questão escravista, problema nacional, até a questão da seca, problema mais localizado. Em seu discurso, datado de 03 de agosto de 1877, Alencar mostra sua preocupação acerca da estiagem em sua província e o modo como desejaria conduzir as resoluções para este problema:

Vários meios se tem lembrado para ocorrer aos males por que está passando a minha província, e para evitar a sua renovação. (...) Tem-se falado nos açudes, medida que foi iniciada em 1833 por um dos dedicados administradores que tem tido a Província do Ceará, e é para lamentar que, perto de cinquenta anos depois, ainda seja necessário chamar atenção do Governo para esse meio de obviar as secas do Ceará. Tem-se falado também, e já houve uma proposta, de um canal. (...) Refiro-me a um canal que atravessasse o interior do Ceará, medida que foi proposta por dois representantes da Província. É uma medida muito útil, e cujas vantagens não é preciso ser profissional para avaliar.³⁰

O parlamentar discute as medidas para sanar o problema da estiagem de forma preventiva e permanente, considerando que a seca no Ceará não é um fenômeno raro, mas constante. Verificamos em seu discurso que ele citava formas para resolver o problema da seca, medidas que desde 1833 já tinham sido propostas, mas o projeto não foi efetivado. É sabido que as secas prejudicam grande parte da população, principalmente os pequenos produtores e donos de pequenas terras que a utilizam como meio de subsistência, mas há quem lucre com essa calamidade. Como exemplo desse beneficiamento, nos períodos de

²⁹ Roberto SCHWARZ, “As ideias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*, 2000, p. 12.

³⁰ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 03 de agosto de 1877, p. 586.

estiagem a mão-de-obra era bem mais barata e as vendas dos produtos básicos para sobrevivência alcançavam preços exorbitantes.

Conforme Josué de Castro aborda em seu livro *Geografia da Fome*:

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública³¹.

A necessidade de tirar proveito diante de calamidades não é exclusividade do Ceará, mas que está relacionado ao modelo econômico moderno. Os interesses econômicos parecem, por vezes, ser mais importantes que o bem estar social.

Rodolfo Teófilo aborda, também, de forma detalhada, em seu romance *A Fome*, a corrupção proveniente da seca em que muitos acabavam ficando ricos com esta calamidade. Ou seja, embora se tratando de uma ficção, Teófilo retrata bem essas peculiaridades da estiagem. “Simeão de Arruda lembrou-se de uma excelente auxiliar. Os serviços de Quitéria seriam pagos pela verba dos Socorros Públicos.”³² Observamos o uso dos socorros públicos em benefícios pessoais, apesar de estar registrado num romance, as notícias dos periódicos da época não eram muito diferentes destes escritos por Teófilo.

Os jornais da época fazem diversas denúncias de mau uso dos socorros públicos, desde pessoas que se aproveitam da crise para cobrar preços altíssimos sobre os produtos, entre outras medidas que corroboraram para o agravamento da miséria desse período. O jornal *O Cearense* datado de 6 de maio de 1877 afirma: “A seca pois já vai sendo encarada como uma mina a explorar, pelos Rodovalhos³³ e seus comparsas na deficiência da safra que o sol ardente varreu da terra esterilizada!”³⁴

Embora Alencar tentasse a todo momento se afirmar conservador, em seus discursos de manutenção do sistema tradicional, as suas aspirações para o futuro da sociedade brasileira iam além das ideias conservadoras. Conforme citamos anteriormente, o deputado não pautava seus discursos em ideias simplórias de aderir ou não algum projeto governamental para

³¹ Josué de CASTRO, *Geografia da fome*, 1984, p. 165.

³² Rodolfo TEÓFILO, Op. Cit., p. 173.

³³ Espécie de bando, composto por exploradores econômicos, provocadores de desordem e falsários. Para maiores informações: *Cearense*, 17 de maio de 1877, p. 3.

³⁴ *O Cearense*, 6 de maio de 1877, p. 2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

modernizar o país, suas ideias eram programáticas, ele pensava além da decisão de qualquer medida política adotada.

Alencar acreditava que a intervenção do governo de forma súbita, instituindo leis de emancipação, causaria um desequilíbrio social grave. Não podemos afirmar que sua proposta de “emancipação espontânea” funcionaria, mas é incontestável que muitos dos problemas causados pela reforma servil, elencados pelo conselheiro, se realizaram, conforme já citado.

Por fim, observamos que, apesar de tentar se firmar conservador, Alencar toma algumas ideias liberais que favorecem, de certa forma, seu modo ponderado e planejado de tratar dos problemas sócio-político-econômicos da província e do país. Trazer alguns de seus discursos sobre a reforma servil acarretou um melhor entendimento a respeito da figura pública do deputado e sua posição diante dos problemas sociais da nação, assim como, a construção de um paralelo com suas propostas para sanar o problema da seca no Ceará.

2. “INCONTESTAVELMENTE MUITA EXAGERAÇÃO”

Nessa época o sertão parece a terra combusta do profeta; dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu toda verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou o seu manto, como chamavam poeticamente os indígenas. [...] Quem pela primeira vez percorre o sertão nessa quadra, depois de longa seca, sente confranger-se lhe a alma até os últimos refolhos em face dessa inanição da vida, desse imenso holocausto da terra.³⁵

Conforme visto no capítulo anterior, alguns discursos de José de Alencar sobre propostas políticas são de suma importância para situarmos à posição do parlamentar diante da calamidade vivida no Ceará em 1877. As críticas ao conselheiro sobre o seu posicionamento diante da seca tiveram uma enorme repercussão à época e, até mesmo, se prolongam nos dias atuais. O fato de Alencar ter sido um ícone popular como escritor e ter tido, também, participação notabilizada no campo da política favorecia certa conveniência oportuna para autopromoção de seus principais críticos, do ponto de vista político-estratégico, vilipendiando o já cristalizado estereótipo escravocrata e conservador do deputado.

Começaremos abordando os primeiros questionamentos publicados no periódico *O Cearense* que ocasionalmente alicerçam os discursos reverberados ao longo dos anos por alguns escritores e pesquisadores contra o conselheiro:

A. Exc., no meio de 7 deputados cearenses, alguns dos quais a par do estado de coisas da província, disse, senão afirmou sem contestação – que as notícias, transmitidas d’aqui para corte, a cerca do flagelo que nos persegue atualmente, eram manejos de oposição ao governo, destituídas de fundamento e verdade, porque, quando mesmo não tivesse ainda chovido, a falta de inverno só se fazia sentir de maio ou junho em diante.³⁶

Pode-se perceber, sem muita dificuldade, a convergência das críticas recaindo apenas sobre Alencar, embora houvesse mais seis deputados cearenses na Assembleia. Ainda segundo o trecho acima, curiosamente, determinados deputados, “alguns dos quais a par do estado de coisas da província”, teriam, deliberadamente, optado pela omissão em contestar Alencar, furtando-se, assim, do exercício representativo o qual estavam investidos ou simplesmente concordavam com as assertivas do deputado cearense? É relevante salientar que, neste período, o deputado residia no Rio de Janeiro e estava submetido a péssimas condições de saúde, devido à tuberculose que lhe afligia há vários anos.³⁷ Logo, ao considerar equivocadas as palavras de Alencar na citação acima, tal qual o fez o jornal por hora e seus

³⁵ José de ALENCAR, *O Sertanejo*, 1998, pp. 9-10.

³⁶ *O Cearense*. 03 de maio de 1877, p. 1. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

³⁷ Semira Adler VAINSENER, José de Alencar. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Consultado em 15/12/2014.

críticos por anos, seria honesto considerar as fragilidades de saúde do deputado para visitar a província com uma frequência ideal para o mapeamento mais preciso dos problemas que o Ceará vivenciava.

Encontra-se no jornal datado de 06 de maio de 1877, notas em que, mesmo após a famigerada declaração de José de Alencar, algumas províncias continuavam mandando socorros para o Ceará, província esta que também sofria com a seca: “Socorros - A presidência enviou para Cachoeira a quantia de um conto de réis e deu ordem à comissão do Aracati para enviar para ali alguns gêneros, dos vindos de Pernambuco, a fim de distribuir-se com os indigentes daquela freguesia.”³⁸ Verifica-se então, que a seca neste período não era exclusividade da província do Ceará³⁹, outros locais também sofriam com a falta de chuvas. Essa constatação só ratifica a opinião do parlamentar de que as medidas tomadas pelo governo fossem adotadas de forma ponderada, diante de tantos outros locais que sofriam com a estiagem.

É forçoso afirmar que Alencar tinha interesse em prejudicar a província, assim como, asseverar que seus discursos defendiam apenas os desejos do partido, com propósito de eleição, conforme foi acusado pelo jornal: “o Exc. Sr. Conselheiro José de Alencar, já ignora que o Ceará só vive das chuvas e que faltando-lhe elas, tudo é penúria e miséria![...] S. Exc. Não tem aqui outros interesses que não sejam votos para deputação e aluguéis de poucas casas.”⁴⁰ Embora o conselheiro tivesse um discurso conservador e de cautela, seu objetivo era defender sua comarca e interceder no que fosse possível para sua ascensão.

Desta maneira, não apenas em épocas de dificuldade, mas até nos períodos de bonança o deputado considerava a importância de sua província para contribuir na construção de um Estado Nacional, como se pode constatar no discurso datado de 07 de julho de 1870:

A agricultura no Ceará prospera. É uma província merecedora de favores do Estado (apoiados), e tanto mais quanto esses favores serão produtivos. O Ceará há de concorrer grandemente para o aumento da renda do Estado, principalmente hoje que a navegação direta já se estabeleceu com os portos da Europa; há de aumentar com o melhoramento projetado.⁴¹

Por meio dessa fala, podemos aferir que as palavras de Alencar demonstram interesse em valorizar o Ceará, além de sugerir que o Estado devesse contribuir para melhoria desta

³⁸ *O Cearense*, 06 de maio de 1877, p. 2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

³⁹ Para maiores detalhes ver: Periódico *Cearense*, 06 de maio de 1877, p. 01-2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁴⁰ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁴¹ José de ALENCAR, Discussão sobre a Agricultura: crédito territorial e colonização in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 07 de julho de 1870, p. 38.

região, declarando sua importância econômica para o crescimento do país. Por outro lado, havia a necessidade de uma construção nacional e integração do Ceará ao resto do Brasil e, também, ao novo Mundo que surgia com a consolidação do capitalismo e a modernidade. Entretanto, essa não era uma proposta muito bem aceita pelos conservadores e, também, por Alencar, que almejava uma transformação do país sem uma revolução liberal.

Após essa ressalva, voltemos às críticas. No jornal do dia 10 de maio de 1877, em defesa do Alencar, Joaquim Bento escreve ao jornal esclarecendo as acusações feitas contra o deputado:

Não hesitarei em externar todo o meu pensamento. Concordo que o conselheiro José de Alencar enganou-se ou foi injusto quando disse: «Entendo que pode haver na insistência com que se tem exagerado as notícias relativas á seca do Ceará um pouco de espirito de opposição» Mas, depois de um remoque ao ex-ministro do império e logo abaixo acrescentou: «Pode ser também que essa insistência tenha por fim provocar a ação do governo e aos sentimentos generosos da população brasileira.»⁴²

Essa fala torna possível a dedução uma tentativa do jornal em depreciar a imagem do parlamentar diante da província, possivelmente, com intuítos políticos, pois partes do discurso foram omitidas na publicação do jornal, como pode ser constatado pela fala do Joaquim Bento. Esse recorte possibilitou uma ação mais eficiente de seus detratores, porque limitou a abrangência e as ponderações necessárias para uma compreensão maior do contexto no qual estava inserido o discurso de Alencar. Mesmo com suas dúvidas sobre a situação do Ceará, após a fala do ministro, o deputado atenta que essa insistência fosse importante para que a região pudesse receber mais atenção do governo. Entende-se aqui que Alencar sabia das dificuldades que sua terra natal tinha em períodos de seca, no entanto, não é razoável desconsiderar o contexto político que envolvia liberais e conservadores, o que motivava a contestação assídua das propostas destes, em especial, do deputado José de Alencar. Bento faz uma ressalva a respeito dessa disputa política: “o conselheiro J. de Alencar, cuja ascensão ao poder, sem dúvida alguma considero fatal ao partido liberal”.⁴³ Portanto, observa-se que o fato do conselheiro se manter no poder, suscitava maiores dificuldades para a oposição liberal.

Joaquim Bento ainda acrescenta em sua carta:

Nem deixarei de combatê-lo em tudo quanto for concernente a política [...] Se no senado levantou-se ainda uma vez em favor do Ceará o meu presado amigo e exímio chefe, ao qual ninguém excede no vivo interesse pela causa pública e especialmente no estremecido amor ao torrão natal; na câmara dos

⁴² *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁴³ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

deputados foi J. de Alencar quem, há muitos anos ausente e não residindo entre nós, subiu à tribuna pressuroso para chamar a atenção do governo sobre esta terra que também se honra de haver-lhe dado o berço.⁴⁴

Mesmo fazendo oposição política a Alencar, Bento leva em consideração em sua carta os benefícios que este prestou em seus discursos em prol de sua província. Entretanto, embora tenha citado a importância do conselheiro, o periódico não leva em consideração tais afirmativas sobre o deputado conforme falaremos adiante.

Após as observações de Joaquim Bento, o jornal se defende e persiste na mesma crítica, acusando Alencar de ser fantasioso a respeito dos problemas de sua província:

Nosso amigo o ilustrado Dr. Joaquim Bento publica em outra parte do nosso periódico algumas linhas em defesa do seu parente e amigo o Conselheiro José de Alencar, na qual parece não ter entendido o alcance de nossas palavra em relação a este cavalheiro. [...] Quando dissemos que o ilustre conselheiro levava o poder de sua imaginação a confundir douradas e azuis concepções com os fatos reais e positivos da vida. E foi sem duvida por este excesso de subjetividade que S. Exc. Viu o Ceará pelo prisma favorito das idealidades a ponto de afirmar que o inverno começa para nós em maio ou junho, como se estivéssemos em pleno reinado do Sertanejo.⁴⁵

Percebe-se que o periódico, ao mesmo tempo em que tenta desacreditar Joaquim Bento por ser parente do deputado Alencar, faz uma crítica ao próprio Bento por não ter compreendido as intenções do jornal. Nota-se também que a gazeta cearense, ao se defender, não só ratifica sua crítica a Alencar, como acrescenta um caráter imaginativo de suas falas. Ainda acerca dessa passagem do jornal e a sua estratégia de ataque, cabem alguns questionamentos: podem existir relações entre textos ficcionais e a realidade concreta? Os princípios, concepções, ideais, em suma, a visão de mundo do narrador de um romance, por exemplo, pode representar o produto da visão de mundo do seu autor? Pode-se, de fato, afirmar que o Alencar representante da província do Ceará acreditasse que o real sertanejo teria paralelo com aquele herói romântico de sua obra que, segundo Candido, representava uma “tentativa de transpor situações cavalheirescas equivalentes às da ficção romântica europeia para o sec. XIII do Nordeste brasileiro, marcado pela rusticidade da pecuária”⁴⁶?

O texto não ficcional pode referenciar uma instância da realidade:

O contrato da ficção não exige um corte radical e irreversível com o mundo real, podendo (devendo, até, de acordo com concepções teórico-epistemológicas de índole sociológica) o texto ficcional remeter para o

⁴⁴ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁴⁵ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁴⁶ Antonio CANDIDO, *O Romantismo no Brasil*. 2004 apud Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha, *O sertanejo: Um Mito na Narrativa da Literatura Brasileira*, 2012, p. 2.

mundo real, numa perspectiva de elucidação que pode chegar a traduzir-se num registro de natureza didática.⁴⁷

Há aparentemente uma confusão de conceitos no texto do periódico: a relação ficção versus realidade é utilizada para determinar a percepção do político José de Alencar acerca da realidade social do Ceará, classificando-a como imaginativa. Todavia, há duas instâncias contextuais na construção de *O Sertanejo*: uma mais fiel à realidade geográfica do Nordeste que, segundo Candido apud Rocha, “A fidelidade narrativa ao cenário descrito confirma o propósito do romancista, o de fazer uma literatura nacional”⁴⁸. A outra instância, que idealiza a figura do sertanejo, também tem um propósito contextual: “significa, em nosso Romantismo, o advento do herói”⁴⁹. Logo, Alencar escreve *O sertanejo* com um duplo propósito de, por um lado, mais fiel à realidade, favorecer o advento da “cor local” em nossa literatura; por outro lado, idealizar, deliberadamente, a figura do sertanejo para tentar construir aquilo que a literatura europeia já havia instituído e que ainda estava carente na literatura brasileira: A figura do herói nacional. Diante disso, parece forçoso, por esse aspecto, asseverar que o Deputado considerasse esse grau de idealização acerca da realidade do Nordeste ou do sertanejo como afirma o jornal.

Outra aparente confusão conceitual pode ser constatada quando se sugere que um Romance possa determinar, necessariamente, as concepções do seu autor, quando, o mais adequado seria considerar que ele reflita as incertezas e convicções de seu narrador. Contudo, o jornal tenta sugerir que a voz que narra a obra *O Sertanejo*, permeada por sua própria visão do mundo, é a do próprio José de Alencar. Confundem-se, aqui, os conceitos de narrador e autor:

A definição do conceito de *narrador* deve partir da distinção inequívoca relativamente ao conceito de autor (v.), entidade não raro suscetível de ser confundida com aquele, mas realmente dotada de diferente estatuto ontológico e funcional. [...] se tentássemos assimilar a personalidade individual de um narrador ficcional à personalidade do autor para salvaguardar a clareza e fidedignidade da narrativa, renunciaríamos à mais importante função própria do teor mediato da narrativa: revelar a natureza enviesada da nossa experiência da realidade.⁵⁰

⁴⁷ KERBRAT-ORECCHIONCI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*, 1980 apud Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, *Dicionário de Teoria da Narrativa*, 1988. p.44.

⁴⁸ Antonio CANDIDO, *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)*. 2007 apud Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha, *O sertanejo: Um Mito na Narrativa da Literatura Brasileira*, 2012, p. 1.

⁴⁹ Antonio CANDIDO, *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)*. 2007 apud Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha, *O sertanejo: Um Mito na Narrativa da Literatura Brasileira*, 2012, p. 1.

⁵⁰ Stanzel, F. *A theory of narrative*, 1984 apud Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, *Dicionário de Teoria da Narrativa*, 1988. p. 61-2.

Outro artifício argumentativo inusitado empregado pelo jornal para combater Alencar foi tecer ofensas à literatura romântica e a seus leitores para se chegar, por fim, ao ataque ao Deputado. Percebe-se, pois, que, não satisfeitos apenas com o combate político e, até, pessoal ao parlamentar, o jornal vai mais além, com críticas literárias sobre as obras do conselheiro:

Quem, a não ser a gente desocupada e romântica perderá seu tempo em ler coisas que não trazem nem ensino, nem utilidade, nem proveito para a vida ordinária? A literatura romântica pode ser uma agradável aplicação das faculdades sensitivas, mas não é por certo um nobre apoio para o raciocínio. [...] O Sr. Alencar, que tem aplicado tão ligeiramente suas habilitações, prestaria muito maior serviço ao país se tivesse mais constância nas ideias e mais firmeza em suas resoluções. [...] a vida publica exige menos imaginação e mais dedicação e critério.⁵¹

Analisemos, pois, o paradoxo argumentativo que a gazeta se utiliza para atingir o Alencar: nos trechos, por exemplo, “E foi sem dúvida por este excesso de subjetividade que S. Exc. Viu o Ceará pelo prisma favorito das idealidades e a vida publica exige menos imaginação e mais dedicação e critério” há uma confusão entre os conceitos de Autor e Narrador. Tenta-se fundamentar o posicionamento do homem público e seus discursos políticos, portanto, não ficcionais e proferidos pelo autor José de Alencar, comparando-os, equivocadamente, à idealização dos textos ficcionais emitidos pelos respectivos narradores de cada obra de seus romances regionalistas, marcadamente aquelas que tratam do nordeste e do sertanejo.

Constata-se, também, que a crítica não era apenas aos discursos de Alencar e sua posição política, mas que ela se estendia ao romancista para desqualificá-lo em todos os aspectos.

Contudo, percebe-se que, neste período, o deputado já era um escritor consagrado, e isso pode ser visto nas críticas de outros autores importantes da época. No texto a seguir, Machado de Assis opina sobre as obras de Alencar no Diário do Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1866, Semana literária:

Que o autor de Iracema não esmoreça, mesmo a despeito da indiferença pública; seu nome literário escreve-se hoje com letras cintilantes: Mãe, Guarany, Diva, Lucíola, e tantas outras; o Brasil tem o direito de pedir-lhe que Iracema não seja o ponto final. Espera-se dele outros poemas em prosa. Poema lhe chamamos a este, sem curar de saber se é antes uma lenda, se um romance: o futuro chamar-lhe a obra prima.⁵²

⁵¹ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 2. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁵² Machado de ASSIS. Crítica à obra Iracema de José de Alencar. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact18.pdf>. Consultado em: 15/12/2014.

Aparentemente, o desdém com que o periódico trata a obra de Alencar não possui tantos fundamentos entre nomes consagrados da crítica literária, pois seus trabalhos no campo da literatura já eram reconhecidos por autores renomados. Talvez os insultos infundados às obras de Alencar, camuflados pela crítica direta e, ainda mais absurda, a toda literatura romântica, tenha tido por objetivo atacar o fato de o renomado escritor Alencar causar forte impacto, também, na sua pessoa pública e política, fortalecendo ainda mais sua posição no governo.

Mesmo com o passar dos anos, suas obras literárias ainda são exaltadas e isso só demonstra o quanto eram frágeis os argumentos utilizados pelo jornal para fundamentar suas críticas ao escritor Alencar, ao menos, conforme nos diz Antonio Candido:

Iracema, em 1865, brota, no limite da poesia, como o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica – realizando o ideal tão acariciado de integrar a expressão literária numa ordem mais plena de evocação plástica e musical. [...] Basta com efeito atentar para sua glória junto aos leitores – certamente a mais sólida de nossa literatura.⁵³

Nosso intuito não é aprofundar uma análise literária de suas obras ficcionais. Pretende-se, por outro lado, mostrar que a oposição ao deputado tentou atacá-lo em todos os segmentos profissionais e até mesmo pessoais. Suas obras literárias não poderiam, conceitualmente, determinar as perspectivas políticas do homem público.

Observe-se, também, que algumas câmaras municipais descrevem o quadro da seca de forma moderada, conforme veremos em seguida. Portando, quando Alencar diz que: “a falta de inverno só se fazia sentir de maio ou junho em diante”⁵⁴, citação do próprio jornal atribuída a Alencar, pode-se entender que o deputado não afirma que o inverno se dá nesses meses, mas é neste período que, por faltas de chuvas no início do ano, a seca se estabelece de forma intensa.

Em despacho do Paço da câmara Municipal da Vila de Acarape em sessão extraordinária realizada em 7 de maio de 1877, fica mais claro que, em alguns locais do Ceará, o problema da seca não era tão gritante, pois “tem caído ultimamente algumas chuvas, melhorando por isso em parte os vigores da seção. Não é completa a falta de viveres nesse lugar, por que há farinha e mesmo alguns outros gêneros em pequena quantidade.”⁵⁵ Corroborando o argumento de Alencar, de que o relato da seca mostrado pela

⁵³ Antonio CANDIDO, Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos, 1750 – 1880, 13ª edição, 2012, p. 536- 7.

⁵⁴ *O Cearense*, 03 de maio de 1877, p. 1. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁵⁵ Correspondências Expedidas da Câmara Municipal da Vila de Acarape, em sessão extraordinária em 7 de maio de 1877, para o Presidente da Província.

oposição não era tão grave, percebe-se o interesse da câmara em apresentar ao Presidente da Província um quadro de seca, de certa forma, ainda controlável.

Entende-se, neste ponto, a dificuldade do parlamentar, que se encontrava fora da província, em interceder diante de discursos diversos e que, mesmo assim, embora com todas as críticas voltadas para ele, compreendia que era necessário ações para que o Ceará não sofresse tanto neste período de estiagem. No discurso datado do dia 03 de agosto de 1877, Alencar solicita ao governo providências diante da calamidade de sua província:

Mas, senhores, a calamidade se prolonga, os seus efeitos parece não terem limite, e, por conseguinte, é muito natural que a Câmara Municipal da Capital de minha província se preocupe muito seriamente com o estado das populações que ela representa e exija do Governo novas e ativas providências.⁵⁶

Ainda em despacho do Paço da câmara Municipal da Vila de Acarape, nota-se que, mesmo a câmara informando que ainda não eram tão graves os problemas causados pela estiagem, pois haviam ocorrido chuvas, ela defende no mesmo documento a importância da intervenção do governo diante da ociosidade do povo. “Por isso é a câmara de parecer que a intervenção do governo ocupando o povo é indispensável.”⁵⁷ Essa solicitação reforça, inclusive, um outro discurso de Alencar de 03 de agosto de 1877, em que ele faz uma severa crítica aos gastos com o Plano Nacional de imigração de europeus enquanto no próprio território havia mão-de-obra excedente que poderia muito bem saciar as necessidades do governo e amenizar o sofrimento das pessoas vítimas da seca.

Eu, porém, por minha parte, deposito maior confiança na colonização nacional. Se o Governo tivesse, em vez de despender enormes somas para trazer ao país indivíduos das piores classes da sociedade europeia, que não nos prestam serviços, e só fazem exigências, que não podem ser satisfeitas, dando lugar a protestos e a reclamações que têm desacreditado nosso país na Europa; se, em vez de assim proceder, o Governo tivesse tratado de colonizar as sobras, os excessos da população nacional da Província, hoje teríamos recursos para resistir à calamidade. Haveria colônias nacionais no interior da Província que poderiam com vantagem arrostar a calamidade e, se não isentassem completamente do mal a população, ao menos minorariam as consequências deploráveis da seca e a miséria de que todos os dias lemos nos jornais a triste notícia.⁵⁸

Essas medidas propostas por Alencar, não eram diferentes dos pedidos feitos pelo jornal ao governo, conforme vimos no jornal datado de 10 de junho de 1877:

⁵⁶ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, n°1, Sessão de 03 de agosto de 1871, pp. 585-6.

⁵⁷ Correspondências Expedidas da Câmara Municipal da Vila de Acarape, em sessão extraordinária em 7 de maio de 1877, para o Presidente da Província.

⁵⁸ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, n°1, Sessão de 03 de agosto de 1871, pp. 586-7.

Um governo providente aproveitaria esses braços desocupados para serviços ou obras de utilidade pública, mediante certo salário que garantisse aos esfomeados a subsistência própria e da família, em vez de obriga-los a receber esmola aviltante, que muitas vezes degrada aos seus próprios olhos.⁵⁹

Desta forma, verifica-se que tanto Alencar quanto o jornal defendiam o mesmo ponto de vista diante da sobra de mão-de-obra.

É importante citarmos a primeira crítica feita pelo jornal a Alencar, uma vez que não são verificadas outras anteriores sobre esse tema, no dia primeiro de maio de 1877:

O Sr. Jose de Alencar interpela ao ministro do império sobre isto, este respondeu, que nada há que recear, não tendo ainda a presidência se prevalescido das autorizações, que tem para acudir a qualquer necessidade. O deputado cearense ficou satisfeito com as poucas palavras do ministro, e achou que realmente ele tinha razão, porque a noticia dada por uma carta publicada no *Jornal do Comercio*, era exagerada, pois as faltas de chuvas até maio ou mesmo junho nada tinham de extraordinário. Como está esquecido este filho do Ceará das estações de sua província!⁶⁰

Considera-se importante citar esta crítica devido ao seu teor ser reprisado diversas vezes pelo periódico. Esse mesmo ataque se repete nas edições do dia 03 de maio, conforme já citado anteriormente, na edição datada de 10 de maio e também da edição do dia 20 de maio de 1877. Curiosamente o exemplar de 20 de maio é o mesmo que trata da comissão central organizada para ajudar as vítimas da seca, comissão em que Alencar também faz parte: “Está organizada uma comissão central, para obter socorros para as vítimas do Ceará. É composta dos senhores: conselheiro Domingues José Nogueira Jaguaribe, Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, Tristão de Alencar, José de Alencar.”⁶¹ Será que Alencar, acreditando que a situação da seca no Ceará não era grave, conforme sugerido pelo jornal, participaria mesmo assim de uma comissão de socorros? O questionamento é válido, devido ao conselheiro já ter tomado providencias diante da seca e o jornal ainda persistir na mesma atitude.

Dessa forma, o jornal causou certa confusão no que realmente fora dito pelo deputado, pois na edição de 03 de maio de 1877 a fala de Alencar diz que: “quando mesmo não tivesse ainda chovido, a falta de inverno só se fazia sentir de maio ou junho em diante”⁶², já na edição de 10 de maio de 1877 o periódico relata que Alencar teria dito que o inverno começava em

⁵⁹ *O Cearense*, 10 de junho de 1877. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶⁰ *O Cearense*, 01 de maio de 1877. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶¹ *O Cearense*, 20 de maio de 1877. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶² *O Cearense*. 03 de maio de 1877, p. 1. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

maio ou junho. Portanto, o discurso de Alencar fora interpretado de duas formas pelo jornal e repetidas em tantos outros momentos, além de a fala do deputado ter sido suprimida no trecho em que ele reconhece a possibilidade de que as notícias chegadas à capital do país pudessem ser uma forma de chamar atenção do governo para aquela região que se encontrava desamparada. “Pode ser também que essa insistência tenha por fim provocar a ação do governo e aos sentimentos generosos da população brasileira.”⁶³

Contudo, as críticas continuam nos periódicos do dia 27 de maio e 31 de maio de 1877. Porém, a partir da edição de 03 de junho, fica mais difícil sustentar o mesmo discurso, pois é confirmada a formação da comissão central cearense por uma carta particular enviada ao jornal. Em seu conteúdo, estão descritos, inclusive, os donativos que cada deputado fez:

Rio, 19 de maio de 1877. Noticiamos a organização da comissão cearense para obter socorros as vítimas da seca dessa província, eu disse, que augurava o mais esplêndido resultado, contando com a filantropia do povo brasileiro, que nunca foi indiferente ao infortúnio de seus irmãos; e quando o grito de miséria se faz ouvir, não indaga senão a procedência para lhe acudir com socorro. [...] A comissão tem apenas 15 dias de existência, neste curto lapso de tempo tem feito quanto é possível, muito principalmente atendendo-se as dificuldades, com que se luta, e os esforços não podem ser iguais pelos afazeres de alguns. [...] A lista da comissão, consta-me, que se acha preenchida da seguinte maneira: Conselheiro Araujo Lima - 1:000\$000/ Jaguaribe - 400\$000/ José de Alencar - 400\$00/ Tristão de Alencar 400\$000.⁶⁴

Mas um fato curioso é registrado também nesse mesmo exemplar. Uma carta particular mencionava que alguns liberais teriam se manifestado contra essa comissão central criada pelos conservadores: “Entretanto em discussão na câmara dos deputados o crédito de 2:000 contos para socorros as províncias do norte, levantou-se a grande celeuma, porque alguns membros da oposição se opuseram ao projeto.”⁶⁵ Atenta-se, neste ponto crucial da pesquisa, que, no intuito oposicionista dos liberais, prevaleciam perspectivas políticas, levando pouco em conta os problemas reais da província. O conselheiro tem o objetivo maior de trazer propostas para resolver os problemas da seca e não apenas profere seus discursos com intuito de estabelecer seu poder, conforme foi acusado pelo próprio jornal.

No discurso datado de 03 de agosto de 1877, Alencar leva suas considerações e pedidos ao governo para interceder em benefício de sua província:

⁶³ *O Cearense*, 10 de maio de 1877, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶⁴ *O Cearense*, 03 de junho de 1877, p. 01. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶⁵ *O Cearense*, 03 de junho de 1877, p. 01. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

Nesse sentido, **em nome de meus colegas representantes do Ceará, que não me autorizaram a isso**, mas devo crer que se associarão ao meu apelo, faço um novo reclamo ao Governo e especialmente ao nobre Ministro do Império. Faço-o em nome de todos os representantes do Ceará, porque esta augusta Câmara é testemunha que temos estado sempre reunidos e associados no pensamento comum em velar sobre a sorte de nossos comprovincianos.⁶⁶

Diante disso, seria esperado que o jornal cessaria, por hora, os ataques e registraria a importância do discurso de Alencar em prol do Ceará. No entanto, o periódico faz alusão ao “despertar” do deputado, consequência direta da participação crítica do jornal, menos para ratificar a importância de sua fala do que para tecer-lhe implacáveis ataques. O conselheiro é acometido por duras críticas a sua pessoa política e, mais uma vez, ao seu trabalho como escritor:

Só o governo, patrocinado, não por todos, porém pelo mais poderoso deputado por esta província, entendeu que marchávamos em mar de rosas, em pleno gozo de venturas sertanejas abrigados da miséria e da ardentia desse sol de fogo pelas nuvens de pássaros, librados em nosso céu pela imaginação românica o Sr. Alencar, ou mitigado pelas chuvas dos invernos de junho, fantasiados pelo ilustre romancista da virgem dos lábios de mel. Agora, porém, o Sr. Alencar parece ter despertado de seu mundo de fantasias azuis para prestar um pouco de atenção ao que se passa por essas plagas de cá, menos poética do que se descreve na Iracema.⁶⁷

O jornal tenta novamente fazer a mistura desses dois “Alencares”, forçando uma imagem negativa do deputado, comparando sua obra ficcional com a não-ficcional. Observa-se que em toda a matéria que trata do discurso datado de 03 de agosto de 1877, proferido por Alencar, há referência irônica ao modo como o conselheiro aborda as propostas para resolução da seca em sua província, remetendo a todo instante a forma imaginativa em escrever suas obras.

Para dizer toda verdade S. Exc. Não passa de um fabricante de romances feéricos, a molde de Chateaubriane, com quem além disto tem outros pontos de semelhança e contato. [...] Dissemos que o Sr. Alencar parece acreditar presentemente que as notícias da terrível calamidade que despovoou os sertões do Ceará não passa de manejos da oposição liberal, porém de tristes verdades enunciadas com a dor dentro da alma. Em uma das primeiras sessões legislativas do corrente mês, o ilustre romancista ergueu a voz no augusto recinto dos pais da pátria e ali pediu ao governo medidas para debelar a seca, entre as quais figuram algumas originais e outras reclamadas pela imprensa desta província.⁶⁸

⁶⁶ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 03 de agosto de 1877, p. 586, o grifo é nosso.

⁶⁷ *O Cearense*, 26 de agosto de 1877, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

⁶⁸ *O Cearense*, 26 de agosto de 1877, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

Ainda com sarcásticas referências a suas obras, o jornal não perde a oportunidade de descreditar a fala do conselheiro, tomando para si parte das propostas pedidas por Alencar ao governo, sugerindo que o deputado apenas teria tomado uma atitude, depois de muita insistência da imprensa local.

Mesmo à distância de sua terra natal, Alencar intercedia diante do Governo e já alertava para as terríveis consequências que sua província poderia passar: “V. Ex^a. Não desconhece que a emigração que se está dando vai produzir terríveis consequências: pode desenvolver a peste, trazer a fome e a miséria a esses lugares que estavam preservados do flagelo.”⁶⁹

Havia momentos em que o jornal investia contra o conselheiro por fazer suas representações por escrito e não visitar a província com a constância que o periódico considerava necessária.

Se S. xc. Em vez de *Sertanejos*, e de ostentar esse patriotismo comodista que consiste em escrever bilhetes e cartas às comissões agenciadoras de socorros, viesse ver de perto esse sertão poético de que tanto fala, e tomasse seriamente a defesa de sua província natal, não diria, certamente, que o governo geral havia procedido bem, conservando-se indiferente aos gemidos desses esfomeados de cá, ou ocupando-se em contratos nocivos e imorais à sociedade e a pátria.⁷⁰

Por vezes, parece haver certa incongruência entre os entendimentos acerca da representação desejada pelo jornal, pois este faz uma crítica ao deputado por não ser mais ativo em defesa do Ceará, porque, para o jornal, escrever bilhetes e cartas às comissões de socorros não seria a forma mais efetiva de atuação. Por fim, conforme já mencionado no início, Alencar residia no Rio de Janeiro e estava com estado de saúde precário, vindo a falecer 4 meses mais tarde no dia 12 de dezembro 1877.

Observou-se, nas pesquisas para esse trabalho, que jornalistas, escritores, e, até mesmo, pesquisadores na área de história mantiveram o mesmo discurso atribuído a Alencar, a respeito da gravidade da seca na província, como premissa incontestável. Ao que parece, Alencar foi, e ainda permanece, o alvo de duras críticas no que tange às políticas públicas em prol da superação dos efeitos nocivos das secas, até mesmo por estudiosos contemporâneos que condenam o parlamentar por ocultar a verdadeira realidade da província em 1877.

⁶⁹ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 03 de agosto de 1877, p. 587.

⁷⁰ *O Cearense*, 26 de agosto de 1877, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

Mesmo com seus discursos proferidos, registrados e ainda vendidos em livro⁷¹ lançado pela câmara em 1977, ou seja, mais de 130 anos depois da seca e mais de 20 anos depois do lançamento do livro: alguns intelectuais continuam utilizando críticas, por vezes, superficiais para externalizar seu ponto de vista a respeito do Alencar político.

Concluimos, portanto, que ao menos parte das críticas a Alencar foram, possivelmente, motivadas por oposicionismo e oportunismo político. Quais seriam os motivos que levariam atuais estudiosos a manter um discurso oposicionista? Seria devido ao estereótipo cristalizado de deputado conservador que pretendia esconder os problemas da província para vencer as eleições num próximo mandato?

A pesquisa analisou algumas críticas atuais para compará-las com as críticas feitas pelo jornal *O Cearense* e, talvez, tentar entender porque esses discursos permanecem indubitáveis ao culpar o deputado de ter provocado parte do desinteresse do governo em sanar a crise.

Em seu livro, *História do Ceará*, Airton de Farias⁷², dedica algumas páginas para referenciar a seca ocorrida em 1877 e nos traz um trecho que fala sobre a participação de Alencar nesse contexto:

No parlamento imperial, os conservadores viam naquelas alarmantes notícias apenas articulações dos liberais para abalar o gabinete saquarema. O então deputado e escritor José de Alencar manifestou-se na tribuna incrédulo sobre a gravidade da seca, preferindo optar pelo exagero das fontes e pelo espírito de oposição dos jornais. Finalmente, com a gravidade da situação, o governo decidiu agir.⁷³

Observou-se que não há qualquer menção, em outra parte do livro, sobre participações positivas de Alencar à época, como, por exemplo, as comissões de socorros públicos.

Neste livro de Airton de Farias, já na sua 6ª edição de 2012, revisada e ampliada, não há nenhum tipo de alusão ao discurso proferido por Alencar em agosto de 1877, publicado no livro de Perfis Parlamentares, no qual o parlamentar dedica toda sua fala para tratar da seca.

Lira Neto⁷⁴, alguns anos antes de Airton, também teceu breves considerações sobre Alencar e a seca em seu livro *O Poder e a Peste* de 1999, livro que é uma biografia de Rodolfo Teófilo⁷⁵:

⁷¹ Nos referimos ao livro: *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.

⁷² José Airton de Farias nasceu em Santana do Acaraú – CE em 1873. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), é também Mestre em História Social pela UFC. Airton de FARIAS, *História do Ceará*, 2012.

⁷³ Airton de FARIAS, *História do Ceará*, 2012, p. 215.

⁷⁴ Lira Neto, jornalista, nasceu em Fortaleza em 1963 - e desde 2012 mora em São Paulo. Venceu quatro vezes o Prêmio Jabuti de Literatura (2007, 2010, 2013 e 2014) e uma vez o Prêmio da Associação Paulista de Críticos

Em 1877, o escritor José de Alencar, representante do Ceará no Parlamento, diz em plenário que as notícias que chegavam sobre a seca eram exageradas. Ele argumentava que a oposição local havia pintado um quadro de tragédia por pura conveniência política. O discurso de Alencar provocou uma drástica redução no envio de ajuda por parte de outras províncias brasileiras aos flagelados cearenses.⁷⁶

Lira Neto vai mais além ao responsabilizar Alencar, veementemente, pela redução dos socorros enviados à província. Assim como Farias, Lira Neto ao longo do livro não faz qualquer nova referência a Alencar. A crítica se limita ao discurso recorrente de que Alencar fora responsável pela demora na resolução do governo diante da crise da seca.

Observou-se, neste trabalho, outra associação ao periódico *O Cearense* com os escritores atuais quanto ao uso das obras de Alencar para definir o seu pensamento político.

Segundo, Frederico Castro Neves:

O Sertanejo expressa um ponto de vista que pode ser associado ao que se costuma chamar de “mentalidade senhorial”, com sua estreita vinculação ao regime de propriedade da terra, ao controle pessoal da mão-de-obra, à valorização da obediência e da lealdade e à construção de um conjunto de relações sociais marcadas pelo mandonismo, pela afetividade e pela violência. A sensação de uma riqueza duradoura e segura, produzida sob a direção de uma camada de proprietários herdeiros diretos dos colonizadores brancos, parecia configurar a percepção de um mundo rural rico, estável, permanente, imemorial, ancorado nas características da terra e da natureza, que, apesar dos pesares, nunca deixa de oferecer aos que trabalham um punhado de suas riquezas. Há, assim, um vínculo poderoso entre as relações sociais estabelecidas no sertão e as possibilidades oferecidas pela natureza, identificando umas com as outras de tal forma que as rupturas só poderiam ser pensadas em função da quebra de um ciclo natural, o que efetivamente ocorre em 1877, com a seca. Somente após esta data, portanto, o sertão aparece como “hostil” ou “inóspito”, palco ressequido de uma vida de sofrimentos e resignação. Mas essa “quebra” não estava no horizonte de pensamento de Alencar.⁷⁷

Tanto o jornal *O Cearense* quanto Neves abordam as obras do parlamentar sem separar as duas figuras, considerando que o escritor associa suas ideias políticas juntamente com suas obras. Essa confusão de autor com narrador já fora tratada no item anterior em que se constatou a impossibilidade de confusão entre o narrador de *O Sertanejo* com os discursos

de Arte - APCA (2014), sempre na categoria Biografia. Cursou Filosofia (Faculdade de Filosofia de Fortaleza), Letras (Universidade Estadual do Ceará) e Jornalismo (Universidade Federal do Ceará). A partir de 2001 largou o cotidiano das redações para se dedicar à tarefa de escrever livros históricos. Tem artigos, perfis e reportagens publicados nos principais jornais e revistas do país. Texto disponível em: <http://www.liraneto.com/> Consultado em 28/12/2014.

⁷⁵ Rodolfo Marcos Teófilo, nascido no dia 6 de março em Salvador- Bahia. Escreveu alguns romances, incluindo *A Fome*, já citado neste trabalho, e também livros históricos. É patrono da cadeira número 33 da Academia Cearense de Letras. Lira NETO, *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*, 1999, p. 89.

⁷⁶ Lira NETO, *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*, 1999, p. 89.

⁷⁷ Frederico Castro NEVES, *A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*, 2006, p.

do deputado. Lembrando que conforme cita bem Neves, *O Sertanejo* fora escrito no período antes da seca, portanto, mesmo que Alencar tentasse incorporar cenas reais em sua narrativa o mesmo estaria tratando de outro momento da província.

Para completar seu discurso, Neves conclui da seguinte forma:

Ao contrário, sua atuação parlamentar nesse período, como deputado conservador, ficou marcada pela negação da seca e, portanto, pelo combate à liberação de verbas da rubrica “socorros públicos” para as províncias afetadas. A morte, contudo, o privou de ver os desdobramentos funestos da calamidade e, por consequência, a crise do mundo patriarcal que idealizava.⁷⁸

Neves declara que a morte impediu o deputado de presenciar a calamidade que ele contribuiu para que ocorresse. No discurso de 03 de agosto de 1877, Alencar diz “V. Ex^a. Não desconhece que a emigração que se está dando vai produzir terríveis consequências: pode desenvolver a peste, trazer a fome e a miséria a esses lugares que estavam preservados do flagelo.”⁷⁹ Portanto, não seria surpresa para ele os acontecimentos que viriam, o que, inclusive, motivou-o a novamente pedir apoio do governo para interceder pelo Ceará:

Conviria que o governo mandasse pelo interior homens práticos desobstruir as cacimbas a fim de dar água a população, o que, segundo as notícias, não se tem feito. [...] Peço ao nobre Ministro do Império que lance suas vistas para essas medidas, que são de pronta execução, e as únicas que poderiam impedir os efeitos da calamidade. [...] Entendo que o nobre Ministro do Império deve reunir em comissão extra-oficial os representantes da Província e os cearenses que aqui estão e que tem conhecimento da localidade, a fim de estudar com eles as medidas mais convenientes a tomar para atender aos justos reclamos daquelas populações.⁸⁰

Nos três exemplos citados acima, observamos discursos muito parecidos com os já referidos do jornal *O Cearense*. Além disso, não se verificou, nas obras analisadas desses autores, nenhuma nota que indicasse a fonte primária do discurso de Alencar que teria contribuído para o desastre da seca ou que, ao menos, referenciasse o jornal *O Cearense*. No livro de Airton de Farias consta em suas referências a indicação do livro de Lira Neto, o que pode levar o leitor a acreditar que os discursos são repetidos pela revalidação configurada ao longo dos anos por escritores renomados. Já no artigo de Neves, não há outra referência a Alencar senão de seu romance *O Sertanejo*.

⁷⁸ Frederico Castro NEVES, *A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*, 2006.

⁷⁹ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 03 de agosto de 1877, p. 587.

⁸⁰ José de ALENCAR, Discussão sobre a seca no Ceará in: *Perfis parlamentares – José de Alencar*, nº1, Sessão de 03 de agosto de 1877, p. 587.

Em outro livro, curiosamente uma biografia de Alencar, escrito por Lira Neto e intitulado *O Inimigo do Rei*, o escritor diz:

Era uma realidade brutal, na qual José de Alencar demorou a acreditar. Preferia atribuir as primeiras notícias que chegava de sua terra natal às habituais intrigas políticas da província. Tal atitude seria interpretada, por seus conterrâneos, como imperdoável traição. [...] Na manhã de 12 de abril de 1877, à mesa do café da manhã, Alencar lera o jornal do Comércio a informação de que uma estiagem inclemente assolava o sertão cearense. [...] dirigiu-se célere a câmara dos Deputados:

-Há incontestavelmente muita exageração nessa notícia – disse categórico, após pedir a palavra logo no início da sessão do dia.

A falsa certeza de Alencar baseava-se na hipótese de que, como ainda se estava em abril, haveria tempo suficiente para sobrevir uma quadra chuvosa capaz de mudar o cenário que, reconhecia, era grave.⁸¹

Percebe-se, mais uma vez, a repetição incansável do discurso em que Alencar não admitiria os problemas causados pela seca. Além disso, há uma certa contradição neste trecho, pois Lira Neto nos diz que o deputado, em seu discurso, fala que há “incontestavelmente muita exageração” e logo depois diz que ele reconhecia a gravidade da situação. Em vista disso, pode-se configurar uma certa confusão de entendimento e questionamos nesse ponto se o conselheiro teria ou não entendimento acerca da gravidade da situação da província.

Outro ponto interessante dessa biografia está na parte em que Lira Neto trata do discurso de 03 de agosto de 1877 em que Alencar pede ajuda ao ministro e propõe algumas alternativas e logo após o biógrafo diz:

Em agosto, quando a tragédia começara a apresentar sua face mais terríveis, ele voltou ao assunto na tribuna da Câmara. [...] sugeriu então ao governo que pusesse mãos à obra e tirasse do papel um projeto que tramitava havia tempo na casa: a construção de um gigantesco canal. [...] O tal projeto não foi levado adiante. E nem a defesa apaixonada da ideia serviu para fazer com que, nos jornais de Fortaleza, as críticas contra Alencar se vissem atenuadas. “Não basta ter imaginação e saber arredondar bem um período para merecer bênçãos da pátria; a vida pública exige menos imaginação e mais dedicação e critério”, voltando à carga *O Cearense*, que arrematava: “Os grandes homens, a quem a humanidade honra, não são prosadores piegas e choramingas, porém apóstolos dedicados à causa do verdadeiro, do bem e do justo.”⁸²

Lira Neto afirma que, mesmo após o discurso de agosto, as críticas não cessaram o que pôde ser verificado ao tratarmos das críticas do periódico *O Cearense*. Contudo é curioso essa citação do jornal *O Cearense*, feita por Lira Neto, está registrada na edição do dia 10 de maio de 1877, ou seja, alguns meses antes de seu discurso de agosto. Visivelmente o autor

⁸¹ Lira NETO, *O Inimigo do Rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*, 2006, p. 380-1.

⁸² Lira NETO, *O Inimigo do Rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*, 2006, p. 382.

confunde as datas das críticas do jornal e, dessa forma, reforça ainda mais a perspectiva negativa sobre Alencar no contexto da seca.

Já a pesquisadora Maria Eleuda de Carvalho, em sua tese de 2012, intitulada *O contestado na moldura do Juazeiro* (uma teoria da tradição em romance accidental), nos diz que:

José de Alencar, em discurso na sessão de 17 de abril de 1877, afirmou haver “incontestavelmente muita exageração” nas notícias alarmantes sobre a seca, o inverno poderia começar até junho, garantiu. E algumas das poucas obras que estavam sendo feitas foram interrompidas.⁸³

Embora tenha um discurso parecido com aqueles já vistos anteriormente, Carvalho traz uma novidade: acusar Alencar pela interrupção de obras na província devido ao seu discurso. Mas Carvalho não determina exatamente quais obras foram interrompidas, embora haja fontes que afirmam que alguns municípios recebiam auxílios do governo para continuidade de obras ou até mesmo para efetivação de outras novas obras.

Nas correspondências expedidas do Paço da câmara Municipal da Vila de Acarape em sessão extraordinária em 7 de maio de 1877, notícias a respeito de obras que continuaram sendo realizadas mesmo após esta data do tal discurso de Alencar:

Os serviços com obras que com mais conveniência são repartimento da casa que serve de cadeia, porque contendo esta de um único salão, não há prisões para os diferentes sexos, como exige a moral pública e secundariamente um barracão que servirá para casa do juízo ou mercado público, bem como a continuação do serviço da matriz onde estão sendo aplicados os 500 mil decretados por v exc os quais já se acham quase concluídos.⁸⁴

O jornal *O Cearense* do dia 3 de maio de 1877 contém, também, notícias a respeito de obras realizadas: “Obra da Pacatuba - Já se deu começo das obras na nova cadeia da Vila da Pacatuba e brevemente vão começar as do açude que também se pretende construir. Acham-se empregados nessas obras: 468 pessoas, grande parte delas emigrantes.”⁸⁵ Nota-se, claramente, que, além de obras em andamento, há conscientização por parte do governo em se empregar emigrantes como forma de minimizar os problemas sociais causados pela fome durante esse período de seca.

No jornal datado de 13 de maio de 1877 trata de outras obras na Vila de Acarape:

Acarape – Dali nos comunicam em 7 do corrente: com o subsídio que tivemos do governo para ser empregado na obra da igreja matriz desta vila, a

⁸³ Maria Eleuda de CARVALHO, *O Contestado na Moldura do Juazeiro (uma teoria da tradição em romance accidental)*, 2012, pp. 24-5.

⁸⁴ Correspondências Expedidas da Câmara Municipal da Vila de Acarape, em sessão extraordinária em 7 de maio de 1877, para o Presidente da Província.

⁸⁵ *O Cearense*, 03 de maio de 1877, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

titulo de socorros públicos, temos proporcionado meios de subsistência a parte da população deste município em balde procurava o pão por meio de trabalho.⁸⁶

Pode-se considerar que tais obras, pelo pequeno porte, não resolveriam todos os problemas causados pela seca, mas é importante destacar que elas não foram interrompidas.

Outro ponto interessante, nesses dois últimos exemplos, são as datas dos discursos: Lira Neto afirma que o discurso de Alencar a respeito da exageração sobre a seca fora feito no dia 12 de abril de 1877 e já Carvalho nos traz a data do discurso de 17 de abril de 1877.

Chegou-se as seguintes conclusões, com base nas análises dos textos dos críticos modernos ao político José de Alencar: continuou-se a culpabilizar Alencar pelo agravamento das implicações negativas concernentes a seca, embora não tenha sido verificada uma fundamentação mais consistente nessas acusações; ademais os críticos apenas se utilizaram das falas atribuídas a Alencar que o culpavam sem, contudo, fazerem qualquer menção às outras ações e mediações produzidas por ele no combate aos problemas da seca.

⁸⁶ *O Cearense*, 13 de maio de 1877, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho surgiram alguns questionamentos e possibilidades de pesquisa que não foram desenvolvidas, como exemplo, o intuito de tentar encontrar o discurso proferido por Alencar que deu origem a todas as críticas analisadas.

Este trabalho procurou proporcionar uma compreensão mais profunda sobre o discurso que atribui ao Deputado José de Alencar parte das implicações desastrosas da estiagem de 1877- 1879. As principais fontes sobre as quais se lastreava o partido liberal, que fazia oposição política ao Deputado e, também, os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema posteriormente, foram revisitadas e seus argumentos, testados. Descobriram-se diversas falhas estruturais na construção e na reprodução do discurso ao longo dos anos. Essas descobertas foram relevantes, pois proporcionaram novas compreensões e leituras acerca de contextos políticos, econômicos e sociais pouco abordados até então. Por exemplo, a pesquisa redescobriu um Alencar, não simplesmente retrógrado ou reacionário tal qual pregava a ideologia partidária e seus detratores, mas um político de visão profunda e programática acerca dos problemas do seu tempo. Descobriu-se, principalmente, pelas pesquisas das fontes históricas utilizadas pelos seus principais críticos, que não existiu fundamentação suficiente para responsabilizá-lo pelo agravamento das consequências desastrosas da seca de 1877 – 1879.

Procuramos cumprir os objetivos enunciados, uma vez que trouxemos um novo enfoque de Alencar diante das críticas que, embora defendesse uma postura conservadora ao longo de sua vida, não obstante, acreditava que as transformações no país deveriam ocorrer de forma sensata e gradual. Acreditava, também, que tais transformações deveriam conservar, de certo modo, alguns aspectos da tradição social para que se constituísse uma verdadeira nação tipicamente brasileira. Sua postura programática diante de assuntos que comprometessem a ordem sócio-político-econômica buscava uma transformação sem uma revolta liberal no país. Além de que, percebemos que as críticas, tanto do jornal *O Cearense*, quanto dos pesquisadores contemporâneos, se utilizaram de recortes dos discursos de Alencar, descartando todas as outras ações e propostas positivas que, de fato, Alencar apresentou diante do problema da seca. Outro ponto de grande relevância foi a descoberta de que alguns críticos mantenedores dos discursos do jornal *O Cearense* sequer trouxeram o periódico ou, principalmente, o texto responsável por toda celeuma atribuído a Alencar como fonte de referência.

Este trabalho foi importante para o aprofundamento deste tema, visto que as críticas feitas a Alencar pelo periódico podem, de certa forma, fazer sentido à época em que foram escritas, devido a, entre outros, o contexto de oposição política a Alencar. A pesquisa mostrou, também, que o deputado tentou, em diversos discursos, promover propostas que ajudassem a minimizar os efeitos da crise, de alguma forma, seja participando de comissões de socorros públicos, seja indo à tribuna da câmara pedir que o governo intercedesse pelo Ceará. No entanto, suas atitudes foram ofuscadas pelas críticas da oposição a sua representação política conservadora.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC

Correspondências Expedidas da Câmara Municipal da Vila de Acarape, em sessão extraordinária em 7 de maio de 1977, para o Presidente da Província. Índice – Câmara Municipal. Caixa 72. Correspondências Expedidas 1877.

Biblioteca Digital Nacional

O Cearense. Fortaleza [CE]: Typ. Fidelissima, 1846-. 37x26cm. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/cearense/709506>>. Acesso em: 21/10/2014. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=709506>>. Acesso em: 21/10/2014.

CORRÊA, J.A. Seca de 1877-78: deixei, por amor a via me roubaram o pudor! E hoje, mulher perdida morro de fome e de horror! Ceará: [s.n.], 1877-1878. 1 foto: carte-de-visite, papel albuminado, pb, 9x6. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon1_4_7.jpg>. Acesso em: 27/08/2014. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon1_4_7.htm>. Acesso em: 27/08/2014.

CORRÊA, J.A. Seca de 1877-78: foi o céu inexorável contra mim, contra meus pais, deixou-me na orfandade entregue a dores e ais! Ceará: [s.n.], 1877-1878. 1 foto: carte-de-visite, papel albuminado, pb, 9x6. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon1_4_8.jpg>. Acesso em: 27/08/2014. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon1_4_8.htm>. Acesso em: 27/08/2014.

Bibliografia

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo / José de Alencar* ; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro : ABL, 2009. 428 p. ; 21 cm. – (Coleção Afrânio Peixoto ; v. 90)

_____. *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861-1877)*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.

_____. *O Sertanejo*. Fortaleza: Editora Verdes Mares, 1998.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750 – 1880)*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 31ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. 1, 10ª ed. São Paulo: Globo; São Paulo, Publifolha, 2000.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NETO, Lira. *O poder e a peste: a vida de Rodolfo Teófilo*, 1999.

_____. *O Inimigo do Rei: uma biografia de José de Alencar, ou, A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

NEVES, Frederico Castro. *A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*, 2006.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. *Dicionário de Teoria da Narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas – Forma Literária e Processo Social nos Inícios dos Romance Brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome: cenas da seca do Ceará*. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

Teses

CARVALHO, Maria Eleuda de. *O Contestado na Moldura do Juazeiro (uma teoria da tradição em romance acidental)*. 2012. 403f. Tese de doutorado em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Nonada O Sertão no Processo de Formação do Estado Nacional (1822 - 1862)*. 2009. 291f. Tese de doutorado em História Econômica, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GARCIA, Ana Karine. *A sombra na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. 2006. 208f. Dissertação de Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Hebe Cristina da Silva. *Imagens da Escravidão – Uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar*. 2004. Dissertação de Mestrado em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. *Fazer o Bem sem olhar a quem: aspectos médicos e outras possibilidades na primeira metade do século XIX no Ceará*. 2007. 140f. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

Outros

BARBALHO, Alexandre. *Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877*. Trajetos (UFC), Fortaleza, v. 3, n.6, p. 139-150, 2005.

BRITO, Luciana. *A fome, retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX*. In: Revista Estação Literária, Londrina, vol. 10B, p. 111-125. Janeiro de 2013 – ISSN: 1983-1048. Disponível em:

<<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art8.pdf>> Acesso em: 26/09/2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Entre a imigração e o trabalho: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará – 1877-1919)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo, Anais eletrônicos. São Paulo: ANPUH, 2011.17p. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300630720_ARQUIVO_TyroneApolloPontesCandido.pdf> Acesso em: 20/09/2014.

FERREIRA FILHO, Waldemar Rodrigues. *A fome: ânsia ou carência. Uma leitura das obras de Rodolfo Teófilo e Knut Hamsun*. In: SEMINÁRIO DE TESES EM ANDAMENTO, 15., 2010, V.4. Anais do SETA, São Paulo: UNICAMP, n.4, 2010. Disponível em:

<<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/search/titles>> Acesso em: 26/09/2014.

LEITE, Rosângela Ferreira. *Paulo Cesar Gonçalves. Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Humnitas, v.27, n. 54, 2006.

MENDONÇA, Érika Gonçalves. *Alimentação e fome do sertão cearense na literatura do final do século XIX*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais eletrônicos. Natal: ANPUH, 2013. 14p. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364509619_ARQUIVO_EricaGoncalvesdeMendonca.pdf> Acesso em: 20/09/2014.

OLIVEIRA, João Emanuel Lima de. *Interesses em disputa: relações de força na comissão de socorros públicos do Aracati – CE na seca de 1877 a 1880*. In: Temporalidades – Revista Discente do Programa do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 3 n. 1. Janeiro/Julho de 2011 – ISSN: 1984-6150. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/temporalidades> Acesso em: 22/09/2014.

ROCHA, Dheiky do Rêgo Monteiro. *O sertanejo: Um Mito na Narrativa da Literatura Brasileira*. In: Revista Desenredos, n. 14, Julho/Agosto/Setembro de 2012 – ISSN: 2175-3903.

Internet

CASA JOSÉ DE ALENCAR. Disponível em: <http://www.cja.ufc.br/>
Consultado em 28/12/2014.

DISCURSO DO VISCONDE DO RIO BRANCO na sessão de 14 de julho de 1871, na Câmara dos Deputados. Texto localizado em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174336>
Consultado em 19/12/2014.

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR, pai do escritor José de Alencar. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_alencar_pai.html.
Consultado em 10/12/2014.

LEI DE 1871. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-publicacaooriginal-35591-pl.html>
Consultado em 09/12/2014.

MACHADO DE ASSIS. Crítica à obra Iracema de José de Alencar. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact18.pdf>
Consultado em 15/12/2014.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Tomo I, 1813-1857. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01206320>> Acesso em: 15/12/2014.

SEMIRA ADLER VAINSENER. José de Alencar. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>.
Consultado em 15/12/2014.

SIR ROBERT PEEL, Texto localizado em: http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/peel_sir_robert.shtml
Consultado em 26/12/2014.

ANEXOS

ANEXO I

FOTOS DOS RETIRANTES DA SECA DE 1877 - 1878

AUTOR: CORRÊA, J.A.

TÍTULO: deixei, por amor a via me roubaram o pudor! E hoje, mulher perdida morro de fome e de horror!



AUTOR: CORRÊA, J.A.

TÍTULO: foi o céu inexorável contra mim, contra meus pais, deixou-me na orfandade entregue a dores e ais!



ANEXO II
Capa do Jornal Cearense

ASSIGNATURAS PARA CAPITAL
PARA O INTERIOR E EXTERIOR
ANNO XXXI. SABBADO 6 DE JANEIRO DE 1877. N. 2

CEARENSE
FORTALEZA, 6 DE JANEIRO DE 1877.
Retrospecto politico.
1876.

ORGÃO LIBERAL.
SABBADO 6 DE JANEIRO DE 1877.
N. 2

O anno que acaba de terminar por entre as nuvens do passado deixou apenas uma lembrança fugitiva nos annos da humanidade.
Como aqui as nuvens consoladoras dos Com. Yaxos de Iloilo, desoladoras das espumas de uma saudade gravada no coração e uma esperança de melhor futuro impressa a alma.

EXTERRA
CORRESPONDENCIA DO CARALHO
Paris, 6 de dezembro de 1876
Todo o interesse da politica europia se concentra hoje em Constantinopla onde se reunir-se a conferencia que deve decidir o Oriente, ou entregal-se aos horrores d'uma guerra imminente.

velhas orthodoxias pretendem sacudir a poeira do sobre as cathedras goticas e levar a multidão das almas ao estuário de uma só crença, de uma só autoridade.
Si nos fosse permitido, não relançar, porém demorar a vista sobre o anno que findou, chegaremos demonstrativamente a concluir em cada país o grau de evolução do sentimento religioso.
No proximo numero veremos a que estado chegarão as cousas politicas no anno.

desse lugar a debates parlamentares que abalarão o ministério.
Pouco depois o Senado teve que deliberar sobre uma decisão tomada pela camera dos deputados participação na Communa de 1871. O Sr. Ducloux defendeu esta lei que o estado não reafirmação do chefe do gabinete evitaria a sua demissão ao presidente da Republica. Todos os seus collegas lhe seguirão o exemplo, e desde então delibado se buscam combinações ministeriaes.

o mais a humanidade está em vespasões de um successo extraordinario, e que talvez mesmo se prepare, como coiza pensar Maim. Clousson Royer— para uma das grandes aflições sybilicas, que após uma longa elaboração, sob o nome de philosophia, nas altas espheras sociais do espirito e do saber desce em um dia, sob o nome de religião sobre as massas populares que ellas transformão. O carácter commum dessas manifestações de prestimulo humano, que pareciam destinadas de ora em ora a marcar os graus do seu progresso, é a ressurta de um magico conjunto uma doutrina para o pensamento sobre a natureza das cousas, sua origem e fim, uma regra de conduta para vida e para os costumes em relação com o ideal da consciencia contemporânea, e com as necessidades do lugar e do tempo, e os princípios da politica para regular os circuitos das nações entre si, como a moral regula a dos individuos; não tem, como ellas devem comprehender uma theologia, uma cosmologia e uma sociologia politica.

Lord Salisbury, pôde-se o caminho para visiar diversas guerras europeas, ouvira encontrar adeseos formos ao programma da Inglaterra, que consistia em oppor-se a invadido da Turquia, que se achava a ponto de partir para a guerra. Foi tudo o possível para evitar o conflicto, e foi neste intuito que a alliança de Turquia que adhesion a promulgação de uma constituição após de conferencia, por ter a Russia declarado que não interviria na conferencia, e se a constituição fosse promulgada agora.

Quantos a Franca, e seu pupal está trágico: leve voto-a a um patriotico egotismo. Deve occupar-se da sua espedição de 1876, de que pretende fazer uma solemnidade internacional em proletores. Deve tambem trabalhar sem tréguas pela sua reconstituição interior, derrubando os partidos hostis a Republica. Tem que lutar contra dois adversarios terríveis e circulares e o bonapartismo. Esta ultima facção, que seria pouco perigosa por si mesma, adquire um forte fôlego, fazendo-se campeão das ideas clericaes. E' inutil demonstrar tudo quanto esta alliança tem de immoral, mas é justificada pela mesma tal querida dos bonapartistas e clericaes: « Os fins justificam os meios ».

Polimonia a Republica tem forte lastimado para triumphar das ligas que se formam contra ella. O povo está habituado a este modo de governo, que lhe fuzim horrivel, e aborrido sempre, com os seus votos, malgrar as ambições das monarchias caidas.
Esperavamos, porém, ao fechar a crise ministerial, que nos achamos ha oite dias, mas que não se dá a nossa espedição. Eis a situação: O ministério, presidido pelo Sr. Dufaure, compunha-se de elementos contradictorios. E' o que explica que elle tenha tido relativamente pouco exito. Com effeito, a camera dos deputados tem uma maioria reaccionaria: de sorte que, cada uma das duas Assembleas era pouco mais ou menos representada no gabinete. Vêo portanto um dia propozido das horas militares que se reuniam os membros da ligas d'honra morte. Alguns legionarioes haviam declarado que queriam ser mortos civilmente; a autoridade militar julgou não dever render a estes legionarioes as honras que lhes eram devidas. Peste incidente

MANCHADO E CONTROLADO

CORREÇÃO DO FOTOGRAMA ANTERIOR
M. F. Costa — As illuzões ali já causam consideraveis estragos.
— Na capital foi roubado Dr. Odoardo José Portugal em quantia de 315000 Rs.
— A reeita da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, no trimestre de julho e setembro foi de 9223200 e a de agosto de 234531450, sendo 3075501450.
— Falleceram o coronel Francisco Pereira Mendes, com 75 annos, o conselheiro José Pedro de Godoy Moreira, o conselheiro de Santa Catarina, vigário de Mogimirim. Era moço e beneditino.
Rio Grande do Sul.— O general Bento Martins (Dubi) e outras pessoas que se entregaram a prisão ou foram presos, por occasião do triumpho eleitoral de Uruguaiana, de que resultou a morte de coronel Feliciano Ribeiro, foram desproporcionados por se lhes não achar culpados por não infuzano confidenciaes.
Esp. r. do Rio Grande.— A sessão do 1.º termo da sessão encerra seus trabalhos a 16 de passadas.
Bahia.— A camera municipal da capital expediu diplomas de deputação para os Srs. conselheiros Pereira Franco, Dr. Inocencio Góes, conselheiro Figueiredo Rocha, Dr. Cleonir Duarte, Francisco José da Rocha, Anzvedo Monteiro, conselheiro Inauias, Dr. Marcelino de M. Albuquerque de E. Franca, Barão da Villa da Barra, conselheiro Pinto Lima, Dr. José Augusto Chaves, conselheiro Freitas Henriques e Dr. Leão Veloso.
— No dia 16 do passado teve lugar, com a solemnidade de estilo a collocação do grão ao academico, que concluíram o curso na faculdade de medicina.
— Foram abelhorado pelo jury da capital as 31 pessoas implicadas no importante processo Cordeira Arribas.
— Falleceu o abastado negociante João Pinto de Oliveira e Sousa e o agricultor Antonio José da Costa.
— A estrada de ferro de S. Francisco rendeu em outubro 27171908 e despendeu 38033960.
Alagoas.— A ill. r. Luisa continuou a denunciar e profugir os abusos commettidos pelo presidente Estellita, que tem lançado a anarchia em todos os ramos da publico administração e escancorado a porta de physico concubinas para dar lugar a abastardamentos e mais escandalos, sob pretexto de exigencia de serviço publico.
O desachado processado pelo Sr. Dufaure, compunha-se de elementos contradictorios. E' o que explica que elle tenha tido relativamente pouco exito. Com effeito, a camera dos deputados tem uma maioria reaccionaria: de sorte que, cada uma das duas Assembleas era pouco mais ou menos representada no gabinete. Vêo portanto um dia propozido das horas militares que se reuniam os membros da ligas d'honra morte. Alguns legionarioes haviam declarado que queriam ser mortos civilmente; a autoridade militar julgou não dever render a estes legionarioes as honras que lhes eram devidas. Peste incidente

ANEXO III

APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará

Índice – Câmara Municipal - Caixa 72 - Correspondências Expedidas 1877

Da: Câmara Municipal ao Presidente da Província

Paço da câmara Municipal da Vila de Acarape em sessão extraordinária em 7 de maio de 1977.

Ilmo e Exmo Senhor,

Esta Câmara tem a honra de acusar o recebimento do ofício circular que vossa excelência dirigindo-lhe sob a data de 19 de abril próximo findo, e antes de dar as informações solicitadas felicito a vossa excl. em nome de seus Municípios pela benéfica e paternal administração que tem feito nesta província. A proteção que vossa excelência tem dispensado ao povo desprestigiado vitigando-lhe a fome, são outras tantas menções de que se cerca a sua honrosa administração.

Neste lugar tem caído ultimamente algumas chuvas, melhorando por isso em parte os vigos da seção. Não é completa a falta de viveres nesse lugar, por que há farinha e mesmo alguns outros gêneros em pequena quantidade.

A emigração do estrangeiro continua afluir e o povo não tem ocupação, por que a agricultura está parada, e não há estabelecimento ou oficinas nesta localidade.

Por isso é a câmara de parecer que a intervenção do governo ocupando o povo é indispensável. Os serviços com obras que com mais conveniência são repartimento da casa que serve de cadeia, porque contendo esta de um único salão, não há prisões para os diferentes sexos, como exige a moral pública e secundariamente um barracão que servirá para casa do juízo ou mercado público, bem como a continuação do serviço da matriz onde estão sendo aplicados os 500 mil decretados por v exc os quais já se acham quase concluídos. E são estas informações que esta municipalidade julga de mais interesse e de acordo com toda autoridade dessa localidade.

Deus guarde vossa excelência

Ilmo Exm. Desembargador Caetano Cavalcante

MD Augusto Alves Costello Branco

Presidente